

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**FÁBIO BORGES RIBEIRO JÚNIOR**

**A DITADURA CIVIL-MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO  
(PNLD 2018): UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE RESISTÊNCIA E  
REPRESSÃO**

**CRICIÚMA/SC**

**2022**

**FÁBIO BORGES RIBEIRO JÚNIOR**

**A DITADURA CIVIL-MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO  
(PNLD 2018): UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE RESISTÊNCIA E  
REPRESSÃO**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciado no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Michelle Maria Stakonski Cechinel

**CRICIÚMA/SC  
2022**

**FÁBIO BORGES RIBEIRO JÚNIOR**

**A DITADURA CIVIL-MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO  
(PNLD 2018): UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE RESISTÊNCIA E  
REPRESSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciado, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 28 de novembro de 2022

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Michelle Maria Stakonski Cechinel - Doutora - (UNESC) - Orientadora

Prof. João Henrique Zanelatto - Doutor - (UNESC)

Prof<sup>a</sup>. Michele Gonçalves Cardoso - Doutora - (UNESC)

Dedico este trabalho aos meus pais, Fábio e Vera, por todo o apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por seu amor e graça, e pela segurança em todos os momentos.

Aos meus pais, Fábio e Vera, por tudo que são em minha vida, por todo o apoio durante minha trajetória, por estarem sempre ao meu lado. Eu não tenho palavras para expressar tudo o que significam para mim.

À minha orientadora, professora Michelle Cechinel, pelo auxílio na construção deste trabalho e por ter me acolhido como seu orientando, desde o estágio nas turmas de Ensino Médio.

À professora Michele Gonçalves Cardoso, que esteve perto em momentos tão importantes dessa trajetória: no PIBID, nas apresentações de trabalhos, em estágios.

Aos demais professores do Curso de História da UNESC, por tudo que me ensinaram, em especial aos professores João Henrique Zanelatto e Carlos Renato Carola, exemplos como professores e historiadores, sempre com questões tão pertinentes em suas aulas.

Aos colegas de curso, pelas vivências, debates e aprendizados em comum.

Por fim, agradeço imensamente aos meus amigos Hugo da Silva Albonico, Jaqueline da Silva Cardoso e Patrick Dutra, por todo o tempo de estudo e dedicação em conjunto, e pelas horas e horas de conversas divertidas sobre tudo e qualquer coisa.

A todos e todas, muito obrigado.

“Num tempo  
Página infeliz da nossa história  
Passagem desbotada na memória  
Das nossas novas gerações”

Chico Buarque e Francis Hime

## RESUMO

A presente monografia intenta compreender como os conceitos de repressão e de resistência no contexto da ditadura civil-militar são operacionalizados em quatro dos livros didáticos de História aprovados no ciclo de 2018 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), produzidos após a publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014. Como arcabouço teórico-metodológico, o trabalho se baseou em estudos de Rodrigo Patto Sá Mota, Marcelo Ridenti, Carlos Fico e Mariana Joffily, que utilizam os conceitos repressão e a resistência enquanto categorias de análise para estudo do fenômeno da ditadura civil-militar no Brasil. Neste sentido, esta pesquisa sugere que os aspectos formais dos quatro livros didáticos analisados, bem como os conteúdos históricos escolares e os conteúdos pedagógicos presentes nestes possuem aspectos positivos e fragilidades, que foram destacados na presente monografia. Em se tratando dos conteúdos históricos, algumas obras apresentam lacunas ou explicações conservadoras, enquanto outras se aproximam mais de uma perspectiva historiográfica atual, que busca tensionar discursos, atores e a relação entre repressão e resistência no contexto ditatorial.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar. Livros didáticos. Resistência. Repressão.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Os anos de chumbo e a luta armada .....	35
Figura 2 – AI-5, repressão e luta armada .....	39
Figura 3 – A luta armada e a repressão .....	44
Figura 4 – A resistência armada e a repressão .....	50



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informações
AI-5	Ato Institucional número 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Comunidade Eclesial de Base
Cenimar	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
DOI	Destacamento de Operações de Informação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPF	Departamento de Polícia Federal
DSI	Divisão de Segurança e Informações
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IPM	Inquérito Policial-Militar
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Oban	Operação Bandeirante
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
Polop	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna

SNI	Serviço Nacional de Informações
UFF	Universidade Federal Fluminense
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 REPRESSÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>3 RESISTÊNCIA</b> .....	<b>23</b>
<b>4 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO</b> .....	<b>30</b>
4.1 HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: 3º ANO .....	32
4.2 HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, VOLUME 3 .....	36
4.3 HISTÓRIA GLOBAL 3 .....	41
4.4 HISTÓRIA 3 .....	46
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender como os temas da resistência e da repressão no contexto da ditadura civil-militar são operacionalizados nos livros didáticos de História, aprovados no ciclo de 2018 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Para isso, foram feitas revisões bibliográficas sobre os temas históricos da repressão e da resistência, que aqui serão empregados como categorias de análise dos livros didáticos.

Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu a ditadura civil-militar, período marcado por falta de liberdade política, censura, vigilância estatal e práticas repressivas que se constituíram em violações dos direitos humanos, como prisões arbitrárias, tortura, assassinatos e desaparecimentos (NAPOLITANO, 2014; MOTTA, 2021). Segundo os historiadores Napolitano e Motta, a partir da segunda metade da década de 1970, o país viveu um período de abertura política e, entre avanços e retrocessos, passou pelo processo de redemocratização. Com relação ao período ditatorial, muitos são os temas estudados pelos historiadores, dentre eles, destacam-se dois para essa pesquisa: os conceitos de resistência e de repressão.

Em pesquisas históricas recentes o tema da resistência aciona consigo discussões mais amplas sobre as relações entre sociedade e Estado durante a ditadura civil-militar, como o contexto das adesões, as acomodações ao regime e a oposição legal (MOTTA, 2021). Pode-se dizer que a presença da palavra “civil” na expressão que nomeia o período é fruto de pesquisas e debates entre historiadores quanto à participação efetiva de determinados setores civis da sociedade na sustentação da ditadura<sup>1</sup>. Autores como Denise Rollemberg (2015), Daniel Aarão

---

<sup>1</sup> Nessa pesquisa utilizamos autores que discordam do uso do termo ditadura militar e/ou defendem a utilização do conceito ditadura civil-militar – um dos debates atuais da historiografia brasileira. Daniel Aarão Reis Filho se destaca como um dos historiadores que argumentam no sentido de uma ditadura *civil-militar*, sobretudo por conta do apoio de grupos sociais expressivos ao golpe de 1964 e aos governos dos presidentes militares (REIS FILHO, 2005). Carlos Fico é um dos que contra-argumentam, considerando que embora o golpe de 1964 tenha sido apoiado por importantes grupos civis, o regime implantado foi comandado por militares. Assim, ainda que interprete o golpe como *civil-militar*, Carlos Fico considera que a ditadura foi *militar*, e não *civil-militar* (FICO, 2017). O autor desta pesquisa concorda com Reis Filho, observando a participação e o apoio civil durante toda a ditadura e não apenas no golpe de 1964. Nesse sentido, destaca-se que boa parte do empresariado colaborou ativamente com o regime, por exemplo no financiamento da repressão (JOFFILY, 2008). Reis Filho (2010) cita o apoio civil ao governo, representado nos índices de aprovação popular do governo Médici, durante o “milagre”, e nas expressivas votações da Arena (Aliança Nacional Renovadora), o partido de sustentação da ditadura. Além disso, o governo contou com a liderança de profissionais civis em áreas fundamentais para o governo, como a direção econômica do país (ministérios da Fazenda e do Planejamento), a construção do aparato legal autoritário e a atuação da

Reis Filho (2005), Marcelo Ridenti (2014) e Rodrigo Patto Sá Motta (2021) tem buscado evidenciar especificidades e evitar generalizações ao estudar as relações entre sociedade e Estado durante a ditadura civil-militar, em especial o tema da resistência de certos grupos sociais, em diferentes períodos da ditadura.

Outra temática muito estudada na historiografia da ditadura civil-militar brasileira foi a prática da repressão pelo governo. Dentre outros autores, Carlos Fico (2001, 2019) e Mariana Joffily (2008, 2014) tem pesquisado a área da repressão, destacando a construção do aparato repressivo do Estado ditatorial e a atuação dos sistemas de informações e segurança durante o período. Para esses pesquisadores, a história da repressão na ditadura se vincula a um projeto autoritário de combate à “subversão” que unia os militares – muito embora, entre estes, existissem discordâncias. Assim, a montagem do aparelho repressivo é concebida não como uma reação à esquerda armada ou aos protestos da oposição legal, mas como um projeto dos militares – liderado pelas alas mais radicais e tacitamente aceito pelas mais “moderadas” –, que vinha sendo gestado pelo regime desde 1964, visando a construção de um país “expurgado” de opositores e, assim, livre de obstáculos para seu desenvolvimento.

Quanto ao recorte temporal dessa pesquisa, foram escolhidos os livros didáticos produzidos após a publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014. A CNV foi instituída pela Lei 12.528/2011, visando reconhecer e inscrever uma memória sobre a repressão ocorrida no período ditatorial, e esteve em vigor entre os anos de 2012 e 2014. De fato, esse foi um período em que temas relacionados à repressão e resistência, impulsionados pelos estudos e pesquisas da CNV, voltaram à tona no Brasil, gerando reações em diferentes setores da sociedade. Em seu relatório final, a CNV recomenda a “promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação” (BRASIL, 2014b, p. 970). À vista disto, é importante destacar que o estudo da resistência e da repressão na ditadura civil-militar nos livros didáticos pode contribuir para a discussão em torno da educação voltada para os Direitos Humanos e em como a sociedade pode se comprometer com sua defesa.

Cabe ressaltar a importância dos livros didáticos, que têm sido um dos principais instrumentos de trabalho dos professores na educação básica

---

censura (Ministério da Justiça). O sistema de informações do Ministério do Exterior (CIEEx), responsável pela vigilância sobre as atividades de exilados, também foi liderado por um setor

(BITTENCOURT, 2004, 2008). No componente curricular História, esses livros também se tornam um dos principais meios de acesso às narrativas históricas por parte dos alunos. Além disso, a importância desse material também pode ser percebida pela existência de uma política nacional para a compra e distribuição de livros para as escolas públicas: o PNLD, que abarca todos os níveis da educação básica. Com essa política, o Estado brasileiro tem gastado bilhões de reais na compra e distribuição de livros, na organização de editais, no desenvolvimento de processos para seleção e avaliação das coleções e na orientação de professores sobre o processo de escolha dos livros (CAIMI, 2018). Nesse sentido, o PNLD é uma política de muita relevância para educação e o livro didático não pode ser desprezado no contexto educacional.

Para essa pesquisa, foram escolhidos como fontes os livros didáticos destinados ao Ensino Médio, onde os conteúdos históricos aparecem mais detalhados. Foram escolhidos os livros das coleções de História mais compradas e distribuídas pelo governo, no PNLD de 2018 (BOULOS JÚNIOR, 2016; BRAICK e MOTA, 2016; COTRIM, 2016; VAINFAS et al., 2016). Isso, pois, embora tenha ocorrido um ciclo do PNLD voltado ao Ensino Médio em 2015 – portanto, depois do lançamento do relatório final da CNV –, as edições de livros didáticos nele inscritas são de 2013, anteriores ao relatório da CNV (BRASIL, 2014a). Além disso, o ciclo de 2018 do PNLD foi o último em que as obras destinadas ao Ensino Médio estavam divididas por componente curricular. Por conta da reforma do Ensino Médio – concretizada com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir do segundo semestre de 2018 –, o PNLD 2021 já apresenta as obras divididas por áreas do conhecimento (BRASIL, 2021). Nesse sentido, História, Geografia, Filosofia e Sociologia foram unidas na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (BRASIL, 2018). Assim sendo, foi realizada uma pesquisa qualitativa e descritiva sobre os livros didáticos, analisando com base no referencial teórico selecionado as narrativas didáticas sobre a ditadura civil-militar, a repressão e as resistências ao regime ditatorial. Para isso, serão utilizadas as orientações de Circe Bittencourt (2008) para análise de livros didáticos.

Portanto, buscando compreender a narrativa dos livros didáticos sobre os temas da repressão e da resistência no contexto da ditadura civil-militar, este trabalho está dividido em três partes. Na primeira seção são apresentados os

principais aspectos do sistema repressivo, com base no referencial teórico escolhido. Na segunda parte há uma revisão bibliográfica não exaustiva a respeito do tema da resistência. Na terceira seção há a análise das fontes com base nos conceitos de repressão e resistência.

## 2 REPRESSÃO

Neste trabalho, a definição do tema da repressão durante a ditadura civil-militar está baseada nos estudos de Carlos Fico (2001, 2019) e Mariana Joffily (2008, 2014), que definem a repressão como a atuação dos órgãos de informações (espionagem, vigilância) e de segurança (polícia política). Fico (2019) ainda destaca os departamentos de censura como parte do sistema repressivo e a contribuição auxiliar dos setores de propaganda política. Para os autores, o aparato repressivo foi construído ao longo do tempo, sendo parte de um projeto autoritário de Estado.

Em relação à formação do sistema repressivo, Fico (2001, 2019) e Joffily (2008, 2014) reconhecem que logo após o golpe de 1964 houve uma onda de violência perpetrada contra opositores do novo regime e uma série de expurgos realizados em corporações militares, repartições públicas e na classe política. Nesse período foram instalados inquéritos policial-militares (IPMs), que eram baseados em legislação autoritária implementada nos primeiros dias após o golpe e estavam sob o comando de oficiais para a investigação de crimes contra o Estado e a ordem política (FICO, 2001).

É na condução desses processos que se forma um grupo de militares mais radicais com forte ideal anticomunista, dispostos a sanear o país das chamadas “ameaças subversivas”. Porém, muitos desses inquéritos, que eram encaminhados à Justiça, não seguiam em frente, seja por falta de provas ou pela fraqueza dos argumentos apresentados. Também eram concedidos habeas corpus a alguns acusados nos IPM. Além disso, as medidas estabelecidas pelos atos autoritários no início da ditadura tinham prazo para terminar. Assim, o grupo militar mais radical à frente desse projeto não apenas exigia que os acusados tivessem julgamento mais duro, acionando, inclusive, a Justiça Militar, mas que o tempo para a formulação dos inquéritos fosse estendido.

Segundo Fico (2001), esse grupo mais radical à frente dos IPMs foi o embrião do que seria a “linha dura” (em oposição aos “moderados”). O autor destaca que entre os militares haviam pontos de discordância em várias áreas (política externa, política econômica, etc.) e não apenas quanto ao uso da tortura e à extensão da repressão. Entretanto, apesar de criticada por Fico (2001, 2019) e Joffily (2008), a divisão dos militares entre os grupos dos “moderados” e da “linha dura” continua sendo bastante utilizada por seu potencial explicativo.



Nesse sentido, o grupo da “linha dura” se constituiu entre os militares mais radicais, que demandavam uma “Operação Limpeza” mais profunda (expurgos anticomunistas), com a perseguição política amplamente praticada e a tortura sistematicamente utilizada, inclusive através de meios extralegais. Os chamados “moderados” buscaram institucionalizar o regime, estabelecendo leis e uma aparência de limites legais. Isso não quer dizer que os “moderados” fossem defensores dos direitos humanos ou da constituição, visto que eles mesmos articularam o golpe que derrubou um presidente legalmente eleito, acabou com um regime constitucional e estabeleceu um governo de exceção. Durante a ditadura houve convivência de setores militares “moderados” em relação à repressão, sendo a tortura tolerada para a manutenção do regime e o aparato legal autoritário organizado ainda durante o mandato de Castelo Branco – um dos pontos mais importantes da nova legislação era a noção de crime político, que era o crime com motivação política, que afetava a segurança nacional, com seus processos julgados somente na Justiça Militar (JOFFILY, 2008).

Portanto, de um grupo inicialmente aliado, que manifestava influência política a partir de métodos de pressão sobre Castelo Branco, a chamada “linha dura” ascende gradativamente ao poder com os governos de Costa e Silva e de Médici. Durante esse período, o projeto autoritário foi instituindo seus meios de atuação. Assim, com o estabelecimento do AI-5 – que retirou os direitos de habeas corpus para crimes políticos e estabeleceu nova temporada de cassações de direitos políticos e perseguição à opositores, sem prazo para terminar – foi possível ao governo a organização de um sistema de repressão política, que foi dominado pelos militares ligados à “linha dura” (JOFFILY, 2008).

Para Carlos Fico (2019), apesar das disputas internas entre os mandantes durante a ditadura, havia algo que unia os diferentes grupos militares. Eram um conjunto de ideias que o autor chama de “utopia autoritária”:

Aquilo que chamo de utopia autoritária é uma espécie de recepção rarefeita da doutrina de segurança nacional: seria possível resolver os problemas do Brasil (ou torná-lo desenvolvido, uma grande potência) por meio da eliminação de alguns obstáculos e do adequado adestramento da população” (FICO, 2019, p. 203).

Segundo o autor, todos os militares do regime se vinculavam a essa ideia, ainda que a adotassem de maneiras diferentes. Fica evidente, portanto, o fundo

conservador e anticomunista da “utopia autoritária”, que Carlos Fico (2019) reconhece como o ideal comum entre os militares na formação do aparato repressivo, organizado nos sistemas de informações e de segurança.

Com relação ao sistema de informações, Carlos Fico (2001) destaca que ainda em junho de 1964, o governo criou um órgão central de inteligência, o Serviço Nacional de Informações (SNI), em substituição ao antigo Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI). O SNI contava com uma agência central e com agências regionais espalhadas pelo país, e tinha como principal “cliente” o presidente da República, a quem deveria servir com informações e dossiês para tomada de decisões. A partir de fins dos anos 1960, simultaneamente à formação do sistema de segurança (polícia política), foi se formando o Sistema Nacional de Informações (SISNI), instituído formalmente em 1970. Segundo Fico (2001), a demanda de informações era cada vez maior, pois o sistema de segurança, apoiado na ideia de “guerra revolucionária”<sup>2</sup>, buscava informações de todas as esferas da vida dos vigiados (inclusive aspectos da vida profissional ou privada eram usados para desqualificar um opositor). Assim:

Longe de se ater ao cumprimento da função de prover o presidente da República de informações necessárias à tomada de decisões, o Sisni era, basicamente, um sistema leviano de inculpação de pessoas, orientado pela desconfiança generalizada, já que partia da pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão ou de corrupção (FICO, 2019, p. 174).

Deste modo, o SNI precisou expandir suas atividades e tornou-se o centro de coordenação e supervisão de um sistema muito maior de informações – o SISNI. Para isso, foram reativadas e vinculadas ao sistema as unidades de informação dentro dos ministérios civis, com o duplo objetivo de prover o ministro com informações e monitorar as atividades do ministério – eram as chamadas Divisões de Segurança e Informações (DSI). O mesmo ocorria com as Assessorias de Segurança e Informações (ASI ou AESI), que funcionavam em outros órgãos públicos, como universidades ou empresas estatais. No âmbito civil do sistema havia

---

<sup>2</sup> Segundo Joffily (2008), a ideia de “guerra revolucionária” veio das influências francesas na formação do sistema de segurança da ditadura civil-militar. Os franceses haviam combatido revolucionários em guerras de independência na Indochina (Vietnã) e na Argélia. Nesse contexto, se cunhou a ideia de um novo tipo de guerra, que não fazia distinção entre política, operações militares, ações psicológicas e doutrinação ideológica da população. Lutava-se sobretudo contra cidadãos do país e não mais contra militares estrangeiros. Essa influência também é evidente na estrutura dos

ainda centros ligados aos ministérios da Justiça e das Relações Exteriores. Segundo Fico (2001), o sistema de informações era composto também pelos centros de informações de cada uma das Forças Armadas. O Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) foram criados em fins dos anos 1960. Já, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) existia desde 1955. Todos os três foram reformulados a partir de 1970 para o combate à “subversão”. Conforme Fico (2001, p. 92), essas três temidas siglas do período ditatorial eram diferentes do SNI, das ASIs e DSIs, pois eram “órgãos mistos, de informações e de segurança”, ou seja, atuavam tanto na coleta e produção de informações, quanto nas ações diretas (captura, interrogatório, tortura e assassinato de opositores).

Para Carlos Fico (2019), o SISNI foi fundamental no aparato repressivo da ditadura pois, além da contribuição com informações sobre organizações, lideranças e militantes da oposição, foi o produtor autorizado (o “porta-voz oficial”) de discursos que justificavam a atuação repressiva do sistema de segurança e contribuía para a continuidade da ditadura.

Em relação ao sistema de segurança, Joffily (2014) destaca que, embora a ditadura civil-militar tenha sido violenta desde o início, essa perseguição à opositores era feita de maneira assistemática. Para a autora pode se falar em uma primeira fase nas atividades repressivas, que vão do golpe de 1964 até o decreto do AI-5 em dezembro de 1968:

Nos primeiros momentos que se seguiram ao golpe de 1964, os setores mais visados foram os militares fiéis ao governo deposto, sindicalistas, estudantes, parlamentares ligados a partidos de oposição ao governo militar, jornalistas e indivíduos oriundos dos movimentos sociais. Os testemunhos de presos desse período referem-se a uma repressão brutal, mas pouco metódica, descoordenada, frouxa e desinformada quanto a aspectos ideológicos e organizacionais daqueles que estavam perseguindo (JOFFILY, 2014, p. 100).

Após o decreto do AI-5, a repressão foi organizada para atuar de forma sistemática e, com o enfraquecimento dos movimentos de oposição estudantis, sindicais e de políticos, voltou-se contra as organizações armadas. Quanto a esse ponto, Fico (2019) destaca que tanto a esquerda armada quanto os militares construíram discursos de influência recíproca. Os grupos militares sustentam que o

regime se fechou por conta da atuação das guerrilhas urbanas, tendo sido necessário por parte do Estado o decreto do AI-5 e a organização do sistema repressivo. Já os membros das organizações armadas têm argumentado que a esquerda optou pela via das armas somente por conta do fechamento do regime, com o decreto do AI-5 e a organização da repressão sistemática. No entanto, Fico (2019) mostra que antes de 1968 parte da esquerda já pensava que a luta armada era a melhor estratégia para a implantação de seu projeto, a partir da articulação de guerrilhas rurais e do incentivo de ações de guerrilha urbana. Por outro lado, o autor também demonstra que o AI-5 e o fechamento do regime tiveram apenas como pretexto a resposta à luta armada e a reação à oposição não-armada no Congresso e nas ruas. Pois, esse posicionamento do governo foi fruto do amadurecimento de um projeto pensado havia algum tempo, com a pressão da “linha dura” pela continuidade dos expurgos e da perseguição à opositores, sendo necessárias medidas mais duras, como a suspensão da concessão de habeas corpus à suspeitos de crimes políticos.

Coube ao Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) organizar a polícia política da ditadura, através da implantação do sistema DOI-CODI. O marco inicial na organização desse aparato repressivo é reconhecido por vários autores na criação da Operação Bandeirante (Oban), em São Paulo, em 1969 (JOFFILY, 2008). Desde o começo desse ano, o governo federal já se organizava para formar um sistema de segurança para a repressão política. O foco naquele contexto era o combate às organizações armadas que realizavam atos de guerrilha urbana. Deste modo, foi montada a partir do II Exército de São Paulo, a Oban, uma organização dedicada ao combate aos crimes políticos, que contava com o apoio logístico de vários órgãos do Estado, tendo efetivos das Forças Armadas, do Departamento de Polícia Federal (DPF), do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e das polícias Militar e Civil – os três últimos, vinculados à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. É importante destacar a origem diversa dos funcionários, pois enquanto os militares traziam consigo a “utopia autoritária”, não tinham longa experiência em ações policiais cotidianas. Assim, foi preciso recorrer aos efetivos da polícia civil, em especial aqueles vinculados ao DOPS, que possuíam um longo histórico de práticas policiais violentas, inclusive com uso de tortura. Joffily (2008) destaca que, por não ser institucionalizada, a Oban não contava com orçamento

oficial. Então muitos empresários do Estado de São Paulo se uniram para financiar a repressão, doando dinheiro, cedendo veículos ou fornecendo refeições para os agentes. Para a autora, essa não institucionalização da operação marcou os trabalhos da organização, que manteve a ambiguidade entre legalidade e ilegalidade, o que garantia que a Oban fizesse uso das instalações e logística de órgãos oficiais, ao mesmo tempo que permitia que a operação lançasse mão de métodos violentos, que até para a legislação autoritária da ditadura eram considerados ilegais. Assim, com a conivência dos altos escalões das Forças Armadas e dos “moderados”, os militares buscavam evitar a associação oficial da imagem pública das Forças com operações policiais violentas ao mesmo tempo que davam à Oban uma “implícita autorização para agir clandestinamente” (JOFFILY, 2008, p. 34).

Depois de um ano de trabalho, a Oban havia desarticulado importantes organizações da esquerda armada em São Paulo e sua estrutura foi exportada a partir de 1970 para vários locais do país, sob o sistema DOI-CODI. Deste modo, foi organizado em cada região militar sob o controle do comandante local do Exército, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Esse órgão era responsável pela coordenação e planejamento da defesa interna, e “suas atribuições, além do planejamento de medidas de defesa interna, incluíam o controle e a execução de tais medidas, e a promoção da articulação de todos os escalões envolvidos” (FICO, 2001, p. 122). Ainda segundo o autor, os CODI eram comandados pelo Exército e contavam com representantes das três Forças, do DPF, do DOPS e da agência local do SNI. Cada CODI tinha sob seu comando um Destacamento de Operações de Informação (DOI), responsável pelas operações de repressão. Como forma de se adaptar ao combate às organizações armadas, os DOIs foram instituídos como destacamentos (organizações militares flexíveis) e, por isso, conseguiam ser ágeis e mobilizar efetivos e logística conforme a necessidade da operação a ser realizada. Os DOI tinham entre seus efetivos tanto militares quanto policiais civis, que assim compartilhavam o uso de técnicas violentas. Portanto, “os CODIs eram órgãos de planejamento, ao passo que os DOIs eram órgãos de ação” (JOFFILY, 2008, p. 43).

O sistema DOI-CODI, embora não institucionalizado em lei, tinha funcionamento profissional e organizado, o que demonstra o cuidadoso planejamento da ditadura para o combate à repressão. Conforme Joffily (2008), as atividades desenvolvidas no DOI não tinham caráter oficial perante a Justiça, sendo

o inquérito e o interrogatório oficiais produzidos no DOPS<sup>3</sup>. Porém, esses interrogatórios preliminares do DOI eram usados como subsídios para o trabalho do DOPS, bem como para a organização das ações de combate a opositores.

Joffily (2008), estudando a atuação do DOI de São Paulo (um dos mais atuantes do país) divide a trajetória do sistema DOI-CODI em três “atos”. Primeiramente, o sistema DOI-CODI combateu as organizações da esquerda armada (responsáveis por atos de guerrilha urbana), desarticulando-as. Depois os órgãos foram mobilizados para o combate aos partidos comunistas (que não haviam organizado atos de guerrilha urbana). Já no fim da ditadura, servidores do DOI-CODI organizaram atentados a entidades envolvidas com o processo de abertura política, realizados em um contexto em que o próprio regime vinha circunscrevendo cada vez mais a atuação da repressão, a partir do governo Geisel.

Quanto aos métodos, foram utilizadas torturas cada vez mais elaboradas, tanto físicas quanto psicológicas (JOFFILY, 2014). Além disso, no governo Médici, a regra para o combate às organizações armadas era a política de extermínio. O sistema repressivo encobria as mortes de opositores por meio de versões falsas, como atropelamento, suicídio, tiroteio, tentativa de fuga, etc. A técnica do desaparecimento (ocultação de cadáver) também foi bastante utilizada pela ditadura, sobretudo entre 1971 e 1974, devido ao desgaste das falsas versões perante o público, servindo também para evitar a localização e identificação dos corpos (JOFFILY, 2008). Essas violações dos direitos humanos cometidas pelos governos da ditadura civil-militar, por terem sido praticadas de forma sistemática e generalizada contra a população civil, foram consideradas crimes contra a humanidade pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014b).

Carlos Fico (2019) ainda cita os papéis da censura e da propaganda. A primeira, embora não tenha sido criada pela ditadura, serviu ao governo na busca por encobrir os crimes da repressão perante à sociedade, contribuindo para a manutenção do sistema repressivo. Já a propaganda política procurou dar uma

---

<sup>3</sup> Segundo Joffily (2008), essa divisão de atividades entre o DOI e o DOPS (com o último servindo principalmente como o produtor do inquérito oficial) funcionava em quase todos os Estados. Porém, em São Paulo, a presença do delegado Sérgio Fleury criava atritos entre os dois órgãos. O DOPS disputava prisioneiros com o DOI e chegou a realizar importantes operações sem o consentimento deste e em parceria com outros órgãos, como o Cenimar.

imagem de civilidade ao governo, divulgando temas que enalteciam a grandeza do Brasil e fomentavam o ideal de união em torno do desenvolvimento do país.

Portanto, de tudo isso, vemos que é fundamental entender a repressão durante a ditadura civil-militar como projeto (e não como reação à resistência). Deste modo, os sistemas de informação e segurança, ainda que distintos, interagiam entre si, com o SISNI dando subsídio para o trabalho do SISSEGIN, enquanto este servia os órgãos de informação com os relatos extraídos em interrogatórios. Além disso, como destaca Fico (2001, 2019), o SISNI veiculava entre o governo um discurso de medo da oposição, o que legitimava a atuação do sistema de segurança. Também é importante matizar a divisão entre “moderados” e “linha dura”, visto que os primeiros apoiaram tacitamente as violações de direitos humanos praticadas pelos segundos, como estratégia para a manutenção do regime autoritário. Não cabe a tese da “autonomia dos porões”, segundo a qual os órgãos de repressão teriam agido de maneira autônoma, cometendo excessos sem o consentimento dos comandantes. A relativa autonomia com que agiam esses órgãos era parte da estratégia dos altos escalões militares (inclusive “moderados”), que nunca perderam totalmente o controle da repressão. Nesse sentido, Fico (2019) fala da “utopia autoritária”, que embora fosse adotada de diferentes formas, unia os grupos militares em torno de um projeto autoritário de Estado sem espaço no debate público para os comunistas e a esquerda como um todo.

### 3 RESISTÊNCIA

Os temas da resistência e das relações entre diferentes grupos sociais e a ditadura civil-militar também têm sido objeto de pesquisa de historiadores que estudam o período. Quanto às relações entre sociedade e Estado durante a ditadura, Ridenti (2014) lembra que um regime não pode se manter apenas pela força, sendo necessária uma base de legitimidade, que precisa ser construída através de negociações com os sujeitos ou grupos do jogo político. Por isso a oposição deve ser vista em sua relação com a situação:

Negociar e conceder implicam reconhecimento do outro, levando em conta a oposição, que assim precisa ser entendida em seu encadeamento com a situação. Em suma, as oposições e a ditadura na sociedade brasileira devem ser compreendidas de modo relacional, envolvendo zonas intermediárias entre colaborar e resistir (RIDENTI, 2014, p. 30).

Além disso, o regime buscou manter uma fachada democrática (RIDENTI, 2014), com a manutenção de certas instituições caras à democracia liberal, devido à espécie de frente que se formou em torno do apoio ao golpe civil-militar – liberais, conservadores, nacionalistas e alguns fascistas –, o que favoreceu estratégias de acomodação dentro da estrutura do Estado (MOTTA, 2021). Nesse sentido, os autores aqui visitados, embora discordem em certos pontos, defendem a necessidade de se pensar as relações entre ditadura e sociedade envolvendo pelo menos três campos: a resistência ou oposição, a adesão e uma terceira área – chamada de zona intermediária, campo das estratégias de acomodação com a ditadura (nem resistência frontal nem adesão declarada).

Segundo Rollemberg (2015) e Motta (2021), a historiografia tem se debruçado sobre a temática da resistência desde a segunda metade do século XX, baseando-se na experiência da Segunda Guerra Mundial (contexto de ocupação estrangeira pelas forças do Eixo). Inicialmente esses estudos se apoiavam no par resistência/colaboração, que se mostrou insuficiente para explicar as relações entre a sociedade e os Estados fascistas.

Rollemberg (2015) cita um problema levantado pela historiografia europeia: a incompatibilidade entre a resistência e a revolução, visto que resistir é uma combinação entre conservar e romper – conservar aquele estado de normalidade que o regime opressor busca mudar, romper com a nova ordem



adotada pelo Estado opressor. Para a autora, “entendendo-se, pois, resistir como conservar, parece-me, então, que resistência e revolução seriam conceitos estranhos entre si [...]” (ROLLEMBERG, 2015, p. 87, grifos da autora). Assim, para Rollemberg (2015), o combate dos grupos de guerrilha não visava a volta do Estado ao modelo anterior ao golpe de 1964, mas a concretização da revolução socialista. Reis Filho (2005) também fala do pouco apreço das organizações armadas pela ordem democrática pré-1964. Nesse sentido, a defesa do retorno à democracia estava mais nas pautas de organizações que atuavam dentro legalidade da ditadura, mas que têm sido identificadas como grupos de oposição e não como resistência (ROLLEMBERG, 2015). A autora também apresenta a dificuldade de se tipificar o adversário ao qual se resiste pois, em parte, os ideais e valores truculentos do regime opressor têm origem em setores da própria sociedade. No caso do Brasil, a autora diz:

Na ditadura brasileira, o *militar* não representou *nosso estrangeiro*, e a ideia de Resistência – naturalizada –, nossa dificuldade na compreensão das relações – múltiplas, ambivalentes, mutantes, complexas – entre civis e militares, a dificuldade na compreensão de nós mesmos? (ROLLEMBERG, 2015, p. 93, grifos da autora).

Com uma interpretação semelhante, Reis Filho (2005) escreve sobre os deslocamentos de sentido da memória sobre a ditadura após o fim do regime, construídas por diferentes grupos, que buscaram fixá-los como verdades objetivas, e não como possíveis versões sobre os acontecimentos. O primeiro deslocamento, promovido por grupos favoráveis à Anistia, foi a apresentação da esquerda revolucionária como parte da resistência democrática. Para o autor:

Apagou-se, assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos.” (REIS FILHO, 2005, p. 41).

O segundo deslocamento promovido por partidários da ditadura foi o retorno ao discurso da guerra revolucionária, em que haviam dois lados equivalentes em conflito (o Estado e as organizações armadas), o que justificava a ideia de anistia recíproca (REIS FILHO, 2005). Por último, o autor considera que a memória reconstruída sobre o período busca apresentar a sociedade como um bloco

totalmente resistente à ditadura, sempre em conflito com o regime, o que promove o esquecimento de adesões e cumplicidades.

Motta (2021) apresenta sua proposta de classificação para o entendimento das relações entre grupos sociais e a ditadura civil-militar. Para o autor, também é necessário considerar a existência de uma zona intermediária entre os polos da adesão e da resistência. Para isso, Motta (2021) divide em três campos a relação entre sociedade e Estado: adesão, resistência e acomodação. Esses três campos não são homogêneos, mas têm diferenças em certos aspectos. Por isso, é preciso lembrar que vários grupos sociais, inicialmente apoiadores da ditadura, passaram a resistir ao regime, especialmente no final do período autoritário.

Em relação à resistência, Motta traz a definição que considera mais adequada ao contexto da ditadura civil-militar:

O significado de resistência mais adequado ao nosso caso seria o de conjunto de atos de recusa ao poder instituído considerado ilegítimo ou opressivo, sendo que tais ações podem se expressar de diferentes maneiras. [...] Resistir à ditadura, portanto, implicava rejeitá-la integralmente e buscar meios de derrotá-la. Quem resiste a determinado regime político espera vê-lo destituído e substituído, mesmo sem ter clareza ou divergindo sobre o futuro desejado (MOTTA, 2021, p. 129).

Assim, o autor destaca a existência de diferentes modalidades de rejeição à ditadura: diferenciando resistência (rejeição integral ao projeto ditatorial) e oposição (rejeição parcial do sistema, sem o questionamento aos princípios do regime). Além disso, Motta (2021) diz que grupos com diferentes ideais políticos, mesmo tendo visões discordantes sobre o futuro desejado, formaram a resistência à ditadura. Para Motta (2021), a resistência se deu em vários âmbitos: nas tentativas diretas de inviabilizar as ações do governo e impedir sua continuidade, na rejeição aos valores político-culturais do regime (como o autoritarismo), na contraposição aos planos econômicos oficiais, baseados na concentração de renda. Já a oposição, segundo o autor, era vista como necessária para o regime político da ditadura, mas deveria se comportar como uma oposição leal ao sistema, questionando algumas ações do governo, mas não a ditadura civil-militar como um todo. Nesse sentido é que foi pensada a existência do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Dentro do partido, inicialmente a maioria cumpria essa função, mas havia um grupo minoritário de resistência ao regime, que não reconhecia a legalidade do golpe de 1964 e a legitimidade da Constituição de 1967, buscava a redemocratização e era mais aberto

às pautas dos movimentos sociais. Segundo Motta (2021), a resistência dentro do MDB encontrava muitas dificuldades até a década de 1970, como a perseguição da repressão e a dificuldade em se legitimar como uma alternativa de resistência. Esse último ponto refletia um questionamento que dividia os opositores do regime: o caminho a seguir deveria ser a resistência democrática ou a luta armada? O PCB se voltou para a resistência democrática, incentivando a participação no MDB e a formação de frentes amplas. Porém, essa decisão do PCB gerou cisões, com a saída de vários grupos que passaram a atuar em ações de guerrilha, a partir do fim da década de 1960 (ALN, PCBR, MR-8, etc.). Nesse sentido, Ridenti (2014, p. 34) chega a dizer que a esquerda se dividiu em um “mosaico de dezenas de pequenas organizações políticas”. Os grupos saídos do PCB no fim dos anos 1960, optaram pela via armada, que já era seguida por parte das esquerdas:

Outras organizações marxistas encaminharam-se igualmente para a luta armada, a exemplo do PCdoB e de militantes egressos da Polop, assim como parte da esquerda cristã (um segmento da Ação Popular) e dos nacionalistas de esquerda, principalmente os brizolistas e os militares expulsos das Forças Armadas (MOTTA, 2021, p. 131-132).

Segundo Motta (2021), com o decreto do AI-5 o apelo da opção pelas armas se fortaleceu, pois a luta armada passou a ser vista como a única opção possível. Porém, após a repressão cair pesadamente sobre os grupos guerrilheiros e desarticulá-los, a opção viável voltou a ser a resistência democrática, com o progressivo fortalecimento do MDB e o retorno dos movimentos sociais. Para Motta (2021) essa foi a contribuição efetiva da esquerda armada, que não conseguiu atrair as massas para sua luta. Para Reis Filho (2005), a sociedade não foi mobilizada pois, mesmo os segmentos sociais que eram contrários à violência empregada pelo regime, não eram partidários ou não compreendiam os ideais revolucionários e os métodos dos grupos armados.

Motta (2021), diferente de Reis Filho (2005) e Rollemberg (2015), não vê as mesmas dificuldades de se classificar as organizações armadas como parte da resistência. Pois, embora não tinham por objetivo restaurar a democracia liberal e, sim, concretizar a revolução socialista, buscavam derrotar a ditadura e, nisso, optaram pela forma mais aguda e arriscada de luta, com o uso da violência, o que o autor vê como parte da tradição de resistência. Nesse sentido, Motta (2021) não vê problemas em incluir as esquerdas armadas no campo da resistência, formada por

grupos com diferentes projetos sobre o futuro, embora reconheça que não podem ser vistas como parte da resistência democrática.

Reis Filho (2005), Ridenti (2014) e Motta (2021), também destacam o papel dos movimentos sociais na resistência. Motta (2021) fala primeiramente dos sindicatos, que buscaram resistir às políticas econômicas de arrocho salarial e às intervenções nas organizações de trabalhadores. Houve um primeiro ciclo grevista em 1968, mas com o fechamento do regime, os trabalhadores buscaram outras estratégias de resistência, como a diminuição do ritmo de trabalho. Somente a partir de 1978, no final da ditadura e contribuindo com o processo de redemocratização, se abriu um novo ciclo de greves, começando com os metalúrgicos em São Bernardo do Campo e se espalhando por outros setores.

O movimento estudantil também foi importante na resistência à ditadura. Entre 1965 e 1968, os estudantes realizaram vários protestos tanto em espaços de educação como em áreas públicas, como foram as passeatas. Segundo o autor:

Em comparação aos trabalhadores, os estudantes tiveram a vantagem de atrair inicialmente menor carga repressiva, pois muitos tinham origem nas classes médias. Assim, de acordo com os costumes do país, em geral recebiam melhor tratamento, e, além disso, não tinham o medo de perder o emprego. Porém, tal proteção diminuía quando se envolviam com a esquerda revolucionária, e não à toa os estudantes aparecem em grande número nas listas dos mortos pela ditadura (MOTTA, 2021, p. 134).

Entretanto, é importante dizer que houve uma carga repressiva inicialmente menor contra os estudantes, mas que ela não foi inexistente, sendo progressivamente mais pesada. Os protestos passaram a ser bastante reprimidos, gerando muita indignação. Um exemplo marcante é o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, em março de 1968, durante uma manifestação (BRASIL, 2014c). Por conta desse acontecimento, o movimento estudantil se mobilizou ainda mais, organizando várias manifestações e conseguindo o apoio de outros segmentos sociais para a onda de protestos de 1968, com ápice na passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro (REIS FILHO, 2005). Com o endurecimento do regime, as passeatas e protestos foram inviabilizados, e o movimento estudantil teve que atuar de forma mais cautelosa. Outros estudantes já haviam se envolvido com os movimentos armados (MOTTA, 2021). O movimento estudantil voltou a organizar ações públicas de protesto no final do regime, simultaneamente à eclosão do segundo ciclo grevista dos movimentos sindicais, momento em que outros setores

sociais também passaram a se engajar na oposição pública ao regime (REIS FILHO, 2005; RIDENTI, 2014; MOTTA, 2021).

Motta (2021) ainda inclui na resistência os professores que se engajaram nos protestos estudantis e passeatas; as entidades científicas e organizações sociais que denunciaram a prática da tortura e as demais violações aos Direitos Humanos; os trabalhadores rurais, camponeses e indígenas, que embora não tenham se engajado em protestos contra o regime, resistiam aos processos de concentração de terras e de riquezas objetivados pelos planos econômicos do Estado; vários artistas, literatos e produtores culturais que buscaram resistir aos valores político-culturais da ditadura civil-militar.

Ridenti (2014) mostra que alguns grupos, como setores das classes médias e políticos civis, que haviam apoiado o golpe de 1964, passaram a se opor à ditadura, conforme o regime foi aumentando as políticas repressivas, ao mesmo tempo em que não alcançava os resultados econômicos esperados desde o governo Castelo Branco. A Igreja Católica também passou a resistir à ditadura, conforme surgiam denúncias de violações aos Direitos Humanos.

Assim, é destacada a contribuição das ações de resistência e oposição para o fim da ditadura, especialmente com o fortalecimento dos movimentos sociais e as vitórias eleitorais do MDB e de outros partidos de oposição, após o fim do bipartidarismo. Ainda assim Reis Filho (2005), Ridenti (2014) e Motta (2021) destacam o caráter negociado da redemocratização, em que pesaram não só ações de resistência, mas também estratégias de acomodação.

Portanto, cabe destacar os pontos principais ao se trabalhar com o tema da resistência à ditadura civil-militar, com base nos autores estudados. Primeiramente, é preciso considerar as diversas formas de resistência, que pode ser democrática ou armada, e se dar em diversos campos (político, cultural, etc.). Igualmente, as diferenças entre resistência e oposição (quanto ao grau de rejeição ao regime) devem ser consideradas. Também não se pode ver a sociedade como um todo resistente ou aderente, mas observar os vários segmentos sociais em sua relação com a ditadura civil-militar, como os estudantes, os trabalhadores, as classes médias, os setores da Igreja Católica, as entidades de classe, a grande mídia, etc. Além disso, é fundamental considerar o caráter histórico dos grupos sociais, ou seja, certos segmentos que, inicialmente aderiram, resistiram ou se

acomodaram, mudaram seu campo de atuação em momentos posteriores da ditadura.

## 4 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

O PNLD é um programa de Estado, que foi sendo construído ao longo do tempo, atravessando várias gestões<sup>4</sup>. Para Flavia Eloisa Caimi (2018), o PNLD é a política pública que visa garantir a obrigatoriedade constitucional do Estado em conceder materiais didáticos aos estudantes, por meio de programas suplementares. O PNLD tornou-se um importante programa no acesso dos estudantes e professores ao material didático adequado, que ao longo dos anos vem sendo aperfeiçoado por meio de avaliações a cada ciclo, visando contribuir para o desenvolvimento da educação básica na rede pública:

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, em que a diversidade social e cultural é, frequentemente, sinônimo de desigualdade econômica, estabelecer políticas educacionais públicas de equalização representa o compromisso do Estado com a inclusão, a cidadania e a justiça social. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma iniciativa que se insere nessa perspectiva, no esforço de oportunizar que todos os alunos que frequentam a escola pública brasileira contem com o aporte de livros didáticos na quase totalidade das disciplinas escolares, de modo a assegurar o acesso aos livros, contribuir com a formação de leitores e criar condições de apropriação dos saberes e conhecimentos disciplinares em patamares qualificados (CAIMI, 2018, p. 22).

Além disso, o Estado brasileiro gasta uma grande quantia em recursos para a realização desse programa. O PNLD atrai grandes editoras e é responsável por movimentar o setor editorial brasileiro, bem como manter certos oligopólios (CAIMI, 2018). Segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no ciclo de 2018 do PNLD foram gastos R\$ 1.467.232.112,09.

---

<sup>4</sup> Segundo Mantovani (2008), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) foi instituído através do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, em substituição ao Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidief). Dentre as mudanças trazidas, estão a participação dos professores no processo de escolha dos livros didáticos, a adoção de livros reutilizáveis e o fim da participação financeira dos Estados no processo de compra dos livros. Conforme Caimi (2018) e Mantovani (2008), desde de 1996, os livros didáticos passam por processos de avaliação a cada edital lançado pelo governo. O Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010, consolidou o PNLD, instituindo o ciclo trienal para a compra de livros didáticos para as três etapas da Educação Básica, alternadamente: Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio. Esse decreto também regulamentou o processo de avaliação das obras, feito, a partir de então, por comissões formadas por professores de universidades públicas e professores da rede pública de educação básica. Conforme Caimi (2018), o governo Temer deu uma nova configuração ao PNLD. Por conta do Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, os ciclos do PNLD deixaram de ser trienais, passando a ter suas durações definidas conforme editais próprios lançados pelo Ministério da Educação. Além disso, professores das redes privadas foram autorizados a participar das comissões de avaliação das coleções didáticas. Outra mudança foi a autorização para que as redes de ensino possam escolher uma coleção para toda a rede, em vez de respeitar a escolha dos professores de cada unidade escolar.

Deste valor, a maior parte, R\$ 1.029.918.824,77, foi destinada à cinco grandes editoras, que receberam valores de 120 milhões a 253 milhões de reais, cada uma (FNDE, 2022). Dessas cinco editoras, três são as responsáveis pela edição dos quatro livros mais vendidos na disciplina de História no PNLD 2018. Portanto, é importante não perder de vista o pano de fundo do mercado ao analisar as obras didáticas, visto que são editadas e reeditadas tendo em vista a venda e o consumo.

Segundo Circe Bittencourt (2008), a análise de livros didáticos deveria se realizar em três eixos: estudo da forma, dos conteúdos históricos escolares e dos conteúdos pedagógicos. A forma diz respeito à materialidade do livro enquanto obra, mas também produto – mercadoria que é produzida, vendida e consumida. Assim, devem ser observados a editora, os autores e suas vinculações, bem como a organização e divisão do livro e a presença de seções de introdução, aberturas de unidade, glossários, boxes adicionais, etc. O segundo eixo de análise é o dos conteúdos históricos escolares. Nesse ponto é preciso lembrar que o livro didático apresenta certo discurso histórico, baseado tanto nas propostas curriculares vigentes quanto na produção historiográfica da academia. Assim, é preciso se atentar para a concepção de história que o livro traz, seja de modo explícito, implícito ou mesmo se traz uma tendência ao ecletismo. Também se observa os trechos selecionados de documentos ou trabalhos historiográficos e a bibliografia adicional recomendada. Além disso, é preciso verificar se o discurso que o livro adota se mostra como a única verdade estanque e fixa ou se apresenta como um dos possíveis discursos históricos, não definitivo e em constante reconstrução pelo trabalho de pesquisa – se as explicações propõem a problematização, ao mesmo tempo que são compreensíveis ao estudante.

Igualmente importantes são os conceitos apresentados no capítulo e as explicações construídas, bem como os conteúdos suprimidos. O terceiro e último eixo de análise refere-se aos conteúdos pedagógicos, onde o foco é a aprendizagem do aluno. Nesse sentido são analisadas principalmente as atividades propostas: se levam o aluno a problematizar o discurso histórico ou apenas a memorizá-lo; se motivam o aluno a construir explicações, realizar pesquisas e comparar processos históricos, ou se objetivam apenas a cópia de trechos do texto principal. A autora lembra que é possível haver certo descompasso entre os conteúdos apresentados ao longo do capítulo e os exercícios propostos. Além disso, alguns livros são produzidos com assessoria pedagógica, o que indica que os autores do texto não



foram os editores principais das atividades. Portanto, esses são os níveis da análise de livros didáticos proposta por Bittencourt (2008), que foi seguida nessa pesquisa.

Desta forma, seguindo as orientações de Bittencourt (2008) segue-se a análise dos livros didáticos, que busca verificar como estão apresentados e são operacionalizados os temas da repressão e da resistência no contexto da ditadura civil-militar brasileira.

#### 4.1 HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: 3º ANO

A obra é de autoria de Alfredo Boulos Júnior e editada pela FTD. Aqui foi analisada a segunda edição do livro, que data de 2016, e foi inscrita e aprovada no PNLD 2018. O autor da obra tem doutorado em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e mestrado em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP), tendo lecionado em rede pública e particular de ensino, e assessorado a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação de São Paulo (BOULOS JÚNIOR, 2016). A FTD, vinculada ao Grupo Marista, é uma das grandes editoras de livros didáticos do país, possuindo também o selo Quinteto Editorial<sup>5</sup>. Juntas as duas editoras receberam do governo federal a quantia de R\$ 236.326.301,28 no PNLD de 2018 (FNDE, 2022).

O livro tem 288 páginas e, na versão do professor, traz orientações didáticas nas margens. A obra divide-se em 4 unidades, onde estão agrupados 13 capítulos ao todo. As unidades são: “Resistência à dominação”, “Propaganda política, esporte e cinema”, “Movimentos sociais” e “Meio ambiente e saúde”. Assim, as unidades buscam apresentar certos temas, que não necessariamente se relacionam diretamente com o conteúdo dos capítulos, visto que estes estão dispostos em ordem cronológica, alternando-se em temas da história do Brasil e do mundo.

Para introduzir os temas de estudo, as aberturas de unidades ou capítulos sempre trazem uma ou mais fontes variadas: fotografias, textos, charges, músicas, etc. Logo abaixo o livro apresenta questões para que o aluno interprete as fontes e as relacione com o assunto do capítulo ou unidade. Ao longo da obra, nas margens das páginas, encontram-se indicações de vídeos e sites para consulta do

---

<sup>5</sup> Portal FTD Educação. Disponível em: <https://portal.ftd.com.br/sobre-a-ftd/>. Acesso em: 08 nov. 2022. Site da FTD. Disponível em: <https://ftd.com.br/>. Acesso em 08 nov. 2022.

aluno, bem como glossário com termos do texto principal. O livro apresenta muitos mapas e imagens, sempre com legenda explicativa. Certas imagens vêm em boxes, acompanhadas de trechos de documentos ou obras historiográficas, com perguntas para análise. Porém, muitas imagens são utilizadas apenas como ilustrações do texto principal. Além das imagens, há boxes tratando de subtemas, relacionados ao assunto do capítulo, alguns deles com questões para interpretação do texto. A obra também apresenta muitas tabelas e gráficos para melhor compreensão dos estudantes, principalmente quando utiliza indicadores econômicos e sociais. Percebe-se que a linha histórica dominante no capítulo analisado é a História Social.

Além das atividades de interpretação de imagens ou textos das seções ao longo do texto, o livro traz uma lista de atividades ao final de cada capítulo (seção “Retomando”), contendo questões dissertativas ou de múltipla escolha de vestibulares e do Enem. Já na seção “Leitura e escrita em História” há trechos de fontes do período estudado e de trabalhos historiográficos ou jornalísticos atuais que tem relação com o tema, seguidos de questões para análise ou pesquisa sobre o assunto.

O capítulo a ser analisado intitula-se “O Regime Militar”, tem 22 páginas e encontra-se na unidade “Movimentos Sociais”. Já é possível questionar a escolha do autor e dos editores em não intitular o capítulo como “a ditadura civil-militar” ou, pelo menos, “a ditadura militar”, visto que a maioria das pesquisas históricas assim tem chamado o período, usando o termo regime apenas para evitar a repetição de termos ao longo dos textos, como nos lembra Motta (2021). Boulos Júnior (2016) apresenta o processo histórico seguindo a ordenação cronológica, buscando explicar os acontecimentos em sua relação com o contexto. O texto principal do capítulo inicia com a retomada do tema do golpe militar tratado no final do capítulo anterior e segue até o governo Sarney e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

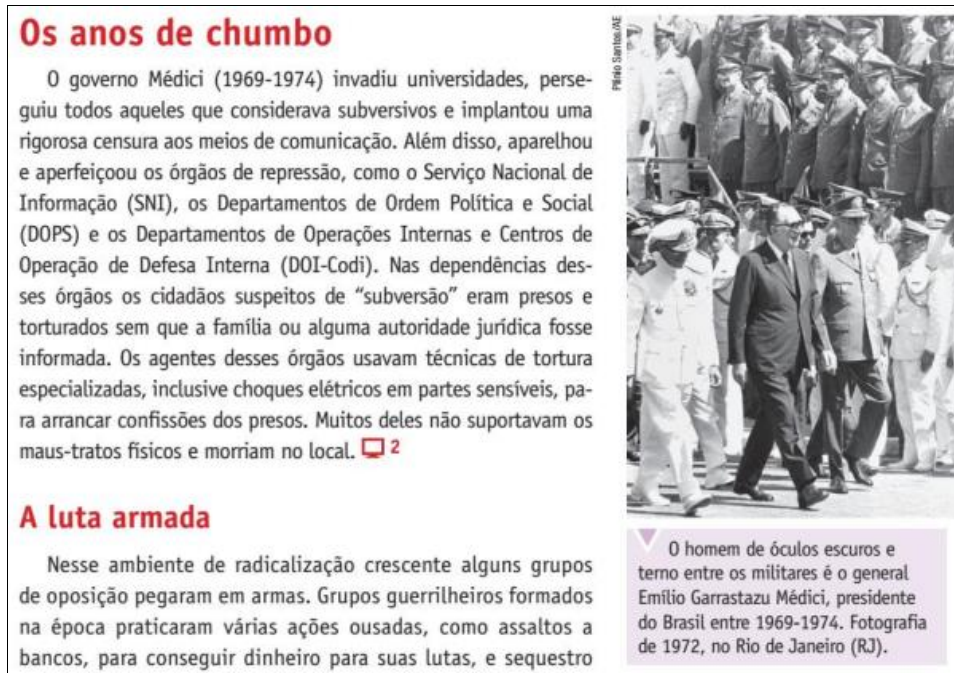
Na abertura, há uma foto da manifestação em frente à Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, por ocasião da morte do estudante Edson Luís, em um protesto, em 1968. As questões levam o estudante a relacionar a imagem com a repressão do regime e o convidam a conversar com um adulto que viveu no período da ditadura. Nas orientações nas margens, o professor é lembrado de que: “O estudo desse assunto [as manifestações e a repressão] é propício também à percepção de que a democracia que se tem hoje no Brasil foi conquistada por meio

de um longo e penoso processo de lutas” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 203). Dessa forma, é intenção do autor, que o estudante e o professor, ao estudar o período, desde o início tenham em mente a questão da repressão, da resistência e da luta pela redemocratização.

Em seu texto principal, o livro cita, inicialmente, a tomada de poder pelos militares, e a violência desencadeada contra opositores desde o primeiro dia após o golpe. A perseguição a opositores ganhou uma aparência legal com o primeiro Ato Institucional (depois, AI-1). O livro também explica, em uma seção, a divisão existente entre os militares: os “castelistas” e a “linha dura”, que é apresentada como um grupo mais radical, que defendia o fechamento do regime. Porém, ao apresentar a perseguição a opositores e a aprovação de legislação autoritária realizadas ainda no governo Castelo Branco, Boulos Júnior (2016) mostra que a “moderação” dos castelistas deve ser relativizada.

A partir do governo Costa e Silva, há um crescimento da resistência democrática ao regime, “seja por meio de protestos de rua, oposição parlamentar, seja por meio de jornais, revistas, espetáculos teatrais, cinema e música” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 208). Assim, o livro cita a variedade de formas de resistência, destacada por autores como Motta (2021) e Ridenti (2014). Nesse contexto são apresentadas as manifestações do movimento estudantil – que tiveram o auge na Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968, com o apoio de outros setores sociais – e as greves operárias de Osasco (SP) e Contagem (MG) contra o arrocho salarial. Já a luta armada é explicada como uma reação à repressão pós-AI-5, em que grupos armados buscaram se opor ao regime, assaltando bancos para financiar a luta ou sequestrando diplomatas para trocar por companheiros presos, conforme figura 1. Porém, a opção pelas armas foi anterior ao endurecimento do regime, conforme destacam Motta (2021), Fico (2019) e Ridenti (2014). O crescimento do MDB e o ressurgimento dos movimentos sociais aparecem no contexto da abertura política. Boulos Júnior (2016) destaca o novo sindicalismo: sem subordinação ao Ministério do Trabalho ou líderes pelegos ou comunistas, e sim, dirigentes operários com experiência nas fábricas. Os demais participantes da resistência democrática, que se reorganizou no fim da ditadura, são apenas citados: “estudantes, operários, artistas, religiosos, políticos e cidadãos comuns vinham ocupando o espaço público para exigir o fim da ditadura” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 215).

Figura 1 – Os anos de chumbo e a luta armada



Fonte: BOULOS JÚNIOR (2016, p. 209).

Em relação à repressão, o AI-5 é apresentado como uma reação a essas manifestações e não como um projeto dos grupos mais radicais para aprofundar a repressão e prolongar o tempo de realização das perseguições iniciadas logo após o golpe. O autor apresenta os órgãos de repressão criados ou aperfeiçoados no governo Médici – o SNI, os DOPS e os DOI-CODI – citando a tortura realizada nos locais, o isolamento da justiça e da família, a que ficavam sujeitos os presos, e os assassinatos realizados, conforme figura 1. Porém, Boulos Júnior (2016) não cita participação de empresários no financiamento da repressão nem o desaparecimento das vítimas, que tinham seus corpos ocultados – muitos ainda não encontrados, conforme relatório da CNV (BRASIL, 2014b).

O governo Geisel é apresentado como uma vitória dos castelistas sobre a linha dura, com a adoção do projeto de abertura política “lenta, gradual e segura”. Nesse contexto, de crescimento do MDB e pressão dos movimentos sociais, apresenta-se a reação dos órgãos de repressão ao projeto de abertura. O assassinato de Herzog e de Fiel Filho – repressão ao PCB – são explicados como exemplos dessa reação do grupo da linha dura, diante da abertura política. Porém, o autor não cita a opção do PCB pela resistência democrática, o que mostraria o avanço dos órgãos de repressão em direção às oposições não armadas, depois do fim das guerrilhas.

De forma geral, o fim do regime é apresentado como uma disputa entre o governo, que buscou controlar a abertura, e os movimentos sociais, que exigiam o fim imediato da ditadura e expressavam sua vontade através dos movimentos pela Anistia e pelas eleições diretas, das votações cada vez mais expressivas na oposição e de greves e manifestações nas ruas.

O livro não teve uma assessoria pedagógica no processo de edição, o que pode indicar que as atividades foram selecionadas ou editadas pelo autor e pela equipe responsável pelo texto principal. Porém, não há um total alinhamento entre as atividades propostas e os conteúdos apresentados. A obra traz questões de vestibulares e do Enem, algumas das quais pedem a interpretação dos processos históricos, enquanto a maior parte pode ser resolvida com verificação de respostas no texto do livro. A atividade “Leitura e escrita em História” propõe uma pesquisa envolvendo os temas do feminismo, da participação feminina na política e do machismo. Embora seja um tema relevante e tenha relação com o contexto cultural dos anos 1960 – quando as mulheres conquistaram muitos direitos –, a atividade apresenta pouca relação com o capítulo da ditadura. Por fim, as duas últimas atividades propõem interpretação de poemas (duas músicas, na primeira atividade, e versos de cordel, na segunda), bem como pesquisas sobre o significado de certas passagens e do contexto a que se referem. As músicas são “Pra frente Brasil” e “O bêbado e a equilibrista”, o que traz uma comparação entre uma música de propaganda do regime e outra de resistência. Já os versos, escritos em literatura de cordel por uma estudante cearense, fazem referência à resistência cultural, em especial ao Show Opinião. Apenas nessas duas últimas atividades, o estudante é incentivado a pesquisar os temas da resistência e da repressão, partindo de trechos dos poemas – o que não ocorre com as questões de múltipla escolha, e mesmo dissertativas, de vestibulares. Além disso, a opção pelas questões de múltipla escolha, sem uma elaboração mais complexa, não contribui com o aprendizado histórico, fazendo com que o estudante apenas memorize ou copie trechos do livro.

#### 4.2 HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, VOLUME 3

A obra é de autoria de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota. A primeira tem mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e é professora no Ensino Médio. Myriam Becho Mota é

licenciada em História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira/MG e mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University/EUA e atua como professora no Ensino Médio e Superior. A obra tem o selo da Editora Moderna, que pertence ao grupo PRISA – conglomerado espanhol presente em 24 países, responsável por editoras e meios de comunicação, como o jornal *El País*<sup>6</sup>. O livro analisado neste trabalho é a quarta edição da obra das autoras, lançado em 2016.

O livro do aluno tem 272 páginas e o do professor tem 384 páginas, devido ao acréscimo de um complemento no final, além de orientações nas margens das páginas. A obra está dividida em 12 capítulos, que seguem uma ordem cronológica, começando com o “Imperialismo na África e Ásia”, indo até o “Brasil: da redemocratização aos dias atuais”. Todos os capítulos tem uma abertura, que traz uma ou mais imagens, seguidas de um excerto de reportagens, literatura, poesia ou texto historiográfico. A abertura do capítulo traz ainda de duas a três questões, que buscam relacionar as imagens, o texto e o assunto a ser estudado. O livro tem, em suas margens, glossário e poucas indicações de livros ou sites. Todas as imagens que a obra traz possuem legendas explicativas, relacionando-as ao texto principal. Algumas delas são problematizadas, mas boa parte das imagens é apenas ilustrativa. O livro traz alguns boxes e infográficos ao longo do texto principal, que aprofundam algum subtema, relacionado ao assunto do capítulo. Percebe-se que no capítulo analisado há uma tendência ao ecletismo, com espaço para aspectos culturais, mas a predominância é da História Social.

Em relação as atividades, a edição indica que houve um trabalho de assessoria didático-pedagógica, realizado por Maria Lídia Vicentin Aguilar. Nesta parte da obra há atividades em seções ao longo do texto ou no fim de cada capítulo. Nas seções “Trabalhando com fontes” e “Texto complementar” são apresentadas fontes variadas ou trechos de textos diversos, que o aluno é levado a interpretar por meio de questões propostas. No fim do capítulo há três seções de atividades: “Explorando o conhecimento” (com questões dissertativas simples), “Pensando criticamente” (com questões dissertativas ou de múltipla escolha, precedidas por textos ou imagens) e “Investigando/Debatendo” (que propõe uma atividade em grupo, envolvendo pesquisas ou discussões sobre um tema).

O capítulo a ser analisado intitula-se “Ditaduras militares na América Latina” e tem 25 páginas, sendo 11 delas exclusivamente sobre a ditadura brasileira.

---

<sup>6</sup> Site do Grupo PRISA. Disponível em: <https://www.prisa.com/es>. Acesso em: 08 nov. 2022.

O texto principal apresenta uma introdução geral sobre o contexto da América Latina no período, seguido pela apresentação de temas políticos, sociais e econômicos da ditadura civil-militar, observando uma ordem cronológica. Depois é apresentada a produção cultural brasileira no período. A seguir, o capítulo trata das ditaduras latino-americanas, com destaque para Argentina e Chile. Ao fim do capítulo há uma explicação geral sobre as possíveis interpretações das ditaduras militares na América Latina, seguidas pela apresentação do trabalho das comissões de investigação pós-ditadura na Argentina, no Chile e no Brasil.

Na abertura do capítulo há duas imagens lado a lado. À esquerda: uma fotografia de manifestação de 2015 em São Paulo, onde se vê uma faixa em verde e amarelo que pedia a intervenção militar. À direita: um estudante sendo agredido pela polícia em uma manifestação de 1968, no Rio de Janeiro. Abaixo das imagens há trechos de um texto da jornalista Eliane Brum, em que a autora critica aqueles que pedem a volta da ditadura, trazendo um relato sobre a tortura de uma mulher grávida durante o período. Por fim há duas questões: uma questiona o que o aluno já sabe sobre a ditadura e outra pede que o estudante dê sua opinião a respeito da crítica da jornalista e converse sobre isso com os colegas. O texto de apoio ao professor, nas margens da página, orienta para que haja uma discussão sobre a ditadura e os direitos humanos, em contraposição aos pedidos de retorno da ditadura ocorridos durante manifestações, entre 2014 e 2016. Nesse sentido, o livro busca ligar o passado ao presente, buscando uma conscientização sobre os direitos humanos, ao tocar no tema sensível da tortura.

O capítulo traz uma explicação sobre o golpe civil-militar de 1964 e as alianças entre civis e militares em torno dele. O texto apresenta desde o início as divisões entre os militares, da seguinte maneira: legalistas (que perderam influência no período anterior ao golpe), golpistas ligados à Escola Superior de Guerra (com uma visão mais ampla, não viam como necessário o controle militar direto sobre o governo, mas sobre áreas estratégicas), e a “linha dura” (mais pragmáticos, insistiam no controle direto sobre o Poder Executivo). Portanto, as autoras não apresentam a visão de “moderados” contra “linha dura”, mas trazem outros campos de divergência, e não apenas a repressão.

Ao falar do início da ditadura, embora cite o primeiro Ato Institucional, o livro não explicita as perseguições e a violência, que ocorreram desde o primeiro momento. Apresenta o desenrolar do governo Castello Branco e a criação de um

sistema de vigilância sobre os opositores (o SNI), bem como a escalada da legislação autoritária, a implantação do bipartidarismo e as políticas econômicas de arrocho salarial que afetaram os trabalhadores.

O governo Costa e Silva e Médici são apresentados como os “anos de chumbo”, momento da “linha dura” no poder. Nessa parte as autoras apresentam repressão do regime e a resistência dos trabalhadores, citando as intervenções nos sindicatos e as greves de Osasco e Contagem, fortemente reprimidas pela ditadura. Braick e Mota (2016) também falam da oposição parlamentar do MDB, do movimento estudantil e das manifestações de rua – a mais marcante, a Passeata dos Cem Mil, com a participação de diversos setores sociais, além dos estudantes.

Figura 2 – AI-5, repressão e luta armada



**Ruas silenciadas**

As manifestações públicas e o movimento estudantil não tinham mais lugar no Brasil do AI-5. A voz das ruas era silenciada e o espaço institucional de resistência ao regime praticamente se esgotou.

Dentro do MDB, políticos da oposição, como o paulista Ulisses Guimarães e o mineiro Tancredo Neves, tentaram contestar algumas medidas governamentais, mas com sucesso restrito. Outros preferiram buscar o exílio ou agir na clandestinidade. Diversos grupos recorreram à **luta armada**, nas cidades e nos campos, como forma de combater o regime. Entre as principais guerrilhas estavam a Ação Libertadora Nacional (ALN), comandada por Carlos Marighella, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca, e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

A repressão política, no entanto, era cada vez mais rigorosa. O Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e a **Operação Bandeirantes** (Oban), ligada ao Exército e financiada por empresários, recorriam amplamente à tortura de prisioneiros políticos para obter informações e realizar novas capturas.

O auge da repressão surgiu com o novo presidente **Emílio Garrastazu Médici**, que foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional em outubro de 1969, após Costa e Silva ser afastado do poder por motivos de saúde.

No governo de Médici, a repressão política agravou-se com a criação do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em 1970, que, com a Operação Bandeirantes e outros órgãos, foi responsável pelo desaparecimento, pela tortura e pela morte de milhares de cidadãos brasileiros.

Cena do filme *Batismo de sangue* (2006), de Helvécio Ratton. O filme tem como base o livro autobiográfico de Frei Betto e conta a história de cinco frades dominicanos que ajudaram integrantes de grupos da luta armada, como a ALN, durante a ditadura no Brasil.

Fonte: BRAICK E MOTA (2016, p. 174).

O AI-5 aparece como um divisor de águas, que silenciou as ruas e reduziu o espaço de atuação institucional da oposição parlamentar. Apresentando as medidas autoritárias implantadas com o Ato, as autoras o explicam como causa da opção pela luta armada, diferente de Motta (2021), Fico (2019) e Ridenti (2014). Nessa parte do livro são citadas as principais organizações da esquerda armada, mas não há referência ao fim das ações de guerrilha. Quanto à repressão, que é citada no mesmo contexto, Braick e Mota (2016) destacam órgãos, como o DOPS e



o DOI-CODI, bem como a criação da Oban e o seu financiamento empresarial. O livro faz referência aos instrumentos utilizados pela repressão na busca por informações para mais capturas: tortura, assassinato e desaparecimento de opositores, conforme figura 2. Nesse contexto, é apresentado um relato de Marlene Soccas, sobre um episódio de tortura. Esse trecho se encontra publicado no livro “Brasil: nunca mais”, que aparece em uma seção, como indicação de leitura. A repressão volta a ser explicada no contexto do governo Geisel, quando são citadas as mortes de Herzog e Fiel Filho sob tortura dos órgãos de repressão. Para Braick e Mota (2016), a divulgação desses casos, que indignaram a população, mostrava a disposição do governo em conter a repressão. O texto do livro não apresenta aspectos que poderiam elucidar melhor o contexto, como a militância de Herzog no PCB e a opção do partido pela resistência democrática, o que evidenciaria ainda mais a truculência da repressão, que se voltou contra opositores que nunca utilizaram a violência como forma de combate ao regime.

Quanto à resistência, a obra apresenta, as referidas oposições democráticas até 1968 e a resistência armada. A partir do governo Geisel, as autoras apresentam o crescimento do MDB, citando brevemente os movimentos sociais (de maneira genérica) apenas no contexto das Diretas Já. Braick e Mota (2016) não explicam o ressurgimento do movimento estudantil, a articulação do novo sindicalismo e o aparecimento de outros movimentos sociais em torno da luta pela redemocratização. O fim da ditadura aparece como um processo bastante controlado pelos militares, resultado do ideal de abertura “lenta, gradual e segura”.

O livro ainda reserva um bom espaço para a resistência cultural no teatro, no cinema, na música e na televisão (com os festivais de canção), apresentando um box de atividade que propõe ao estudante a interpretação de uma obra do artista Décio Paiva Noviello.

Depois de explicar os regimes autoritários na Argentina e no Chile, Braick e Mota (2016) abordam, de maneira geral, as discussões ocorridas após as ditaduras sobre as violações aos direitos humanos. Assim, as autoras trazem informações sobre as investigações dos crimes das ditaduras, realizadas pelas comissões de cada país.

Vemos que o livro apresenta algumas lacunas na apresentação de certos temas ou na explicação de alguns processos históricos, apresentando também pontos positivos. As atividades, porém, contribuem pouco para o

aprendizado. Na primeira seção de atividades, mesmo que uma das questões verse sobre a ditadura militar brasileira, apenas pede a definição de um conjunto de termos (SNI, DOI-CODI, Pacote de Abril, etc.), o que pode ser verificado e copiado do texto do livro. Na seção “Pensando criticamente”, a primeira questão pede que o aluno explique, com base em um texto apresentado, a relação entre a copa de 1970 e a legitimação da ditadura. O segundo exercício, embora venha com um interessante texto sobre a tortura como política de Estado e a necessidade de se contrapor ao abrandamento da visão sobre a ditadura, apenas pede que o aluno liste as medidas do AI-5, através de uma questão de múltipla escolha. Desse modo, as atividades não contribuem para a reflexão ou a problematização de temas importantes, que poderiam ser trabalhados em referência ao período estudado.

Além disso, a opção do livro por trazer no mesmo capítulo as ditaduras militares brasileira, argentina e chilena, embora contribua para a comparação do contexto de cada país e para pensar suas relações com o contexto mais amplo, também faz com que o conteúdo apresentado seja mais compacto e as atividades sobre a ditadura brasileira sejam poucas.

### 4.3 HISTÓRIA GLOBAL 3

A obra tem como autor Gilberto Cotrim, que é bacharel e licenciado em História, pela USP, mestre em Educação, Arte e História da Cultura, pela Universidade Mackenzie, sendo ainda advogado e professor de História na rede particular de ensino. Para esta pesquisa foi analisada a terceira edição, de 2016, inscrita e aprovada no PNLD de 2018. A Editora Saraiva foi a responsável pela produção do livro. Esta editora pertence ao Grupo Somos Educação, que é parte da holding Cogna Educação. O Grupo Somos Educação ainda tem a propriedade das editoras Ática e Scipione e outras empresas ligadas à educação<sup>7</sup>. As editoras Saraiva, Ática e Scipione estão entre as seis que mais venderam no PNLD de 2018,

---

<sup>7</sup> Em 2015, o Grupo Somos Educação comprou o setor editorial da Saraiva. A Saraiva e Siciliano S.A. continuou administrando apenas o setor de vendas da marca. EXAME. **Cade aprova compra da Saraiva pela Somos Educação.** 2015. Disponível em: <https://exame.com/negocios/cade-aprova-compra-da-saraiva-pela-somos-educacao/>. Acesso em: 08 nov. 2022. Site da Cogna Educação. Disponível em: <https://www.cogna.com.br/#lp-pom-block-30>. Acesso em 08 nov. 2022. Site do Grupo Somos Educação. Disponível em: <https://www.somoseducacao.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

quando observados os valores. Nesse ciclo do PNLD, o governo federal pagou às três editoras o total de R\$ 534.852.426,61 (FNDE, 2022).

O livro tem 288 páginas, na versão do aluno, e 368 páginas, na versão do professor, por conta de um acréscimo de material pedagógico e resolução das atividades no final da obra. Além disso, o livro do professor tem orientações nas margens das páginas. A obra tem 15 capítulos, que estão grupados em quatro unidades: “Coesão e coerção”, “República e sociedade”, “Globalização e meio ambiente”, “Democracia e movimentos sociais”. A primeira e a terceira unidades são dedicadas à História Mundial, já as unidades pares tem como foco a História do Brasil. A única unidade que tem título diretamente ligado aos seus capítulos é a segunda. Nas demais unidades, os títulos se relacionam à temas de estudo, mas os capítulos seguem ordem cronológica e não temática.

Na abertura de cada unidade o livro traz um pequeno texto, relacionando o título da unidade com os conteúdos a ser estudados, ao lado de uma grande imagem que ilustra o texto, e questões que propõem que o aluno relacione os temas da unidade com a atualidade. Já na abertura de cada capítulo há um pequeno parágrafo que introduz o tema a ser trabalhado, seguido por uma imagem relacionada ao assunto e questões que levam o aluno a interpretar a figura. A obra tem muitas outras imagens, todas com legendas, sendo a maioria ilustrativas. Algumas são problematizadas em seções específicas, junto com textos e questões para interpretação do estudante. A seção “Interpretar fonte” traz não só fotografias, mas também músicas, charges e literatura para interpretação do aluno, por meio de questões propostas. A seção “Em destaque” traz alguns temas relacionados ao assunto principal, com textos do próprio autor ou trechos selecionados de outros autores, que trazem algumas questões para interpretação ou discussão. O livro também possui glossário nas margens, ao longo do texto principal, e indicações de sites, livros e filmes, ao final de cada unidade. Observa-se ao longo do texto que a tendência histórica do capítulo analisado é a História Social.

A edição tem assessoria técnico-pedagógica de Gabriel Farias Rodrigues e Giordana Cotrim. Há atividades ao longo do texto principal, com as seções “Em destaque”, “Interpretar fonte” e “Investigando”. As atividades ao fim de cada capítulo (“Oficina de História”) se dividem em três seções. “Vivenciar e refletir” traz questões sobre o assunto do capítulo, geralmente dissertativas. “Diálogo interdisciplinar” busca relacionar o conteúdo histórico com outras disciplinas

escolares. “De olho na universidade” traz questões dissertativas ou de múltipla escolha, selecionadas em provas de vestibulares ou do Enem.

O capítulo analisado intitula-se “Governos militares”, possui 19 páginas e se encontra na unidade “Democracia e movimentos sociais”. Podemos questionar o título escolhido por Cotrim (2016) para o capítulo, embora ao longo do texto o autor chame o período de “ditadura militar” e, apresente brevemente a opção de certos historiadores por chamar o período de ditadura civil-militar:

[...] foi adotado um modelo econômico baseado na aliança de três grandes grupos: a burocracia técnica estatal (militar e civil), os grandes empresários estrangeiros e os grandes empresários nacionais. Em razão da aliança desses grupos, alguns historiadores se referem a uma ditadura civil-militar (COTRIM, 2016, p. 238).

O capítulo inicia com uma introdução sobre a ditadura. Depois o conteúdo segue um ordenamento cronológico, com subtítulos que dividem o capítulo conforme o governo de cada presidente militar. Por fim, há um breve balanço sobre o cenário socioeconômico do Brasil durante a ditadura.

Na abertura do capítulo, há uma imagem da obra “Objeto popular”, de Pedro Geraldo Escosteguy, que faz referência ao autoritarismo da ditadura e à falta de liberdade política. Um pequeno parágrafo explica o controle das Forças Armadas e a interrupção da democracia, e duas atividades propõem que o aluno interprete a obra do artista. Nesse sentido, o livro busca direcionar o estudo para falta de liberdade política do período estudado.

No início do capítulo é apresentada uma visão geral sobre a ditadura e são explicadas duas características, que Cotrim (2016) elege como fundamentais para entender o período: o autoritarismo e a dupla desenvolvimento social e concentração de renda. Ao explicar o autoritarismo, o autor cita os Atos Institucionais, a restrição da liberdade, a censura e a perseguição, tortura e morte de opositores praticadas pelos órgãos de repressão. Cotrim (2016) traz dados da CNV, não só de mortos e desaparecidos, mas de todos os casos apurados de violações.

O autor cita a repressão inicial, ocorrida desde os primeiros momentos após o golpe. É explicado que os militares, usando o anticomunismo como justificativa, foram autoritários desde o início, fechando entidades sindicais e estudantis e cassando opositores: “em 60 dias de governo militar, mais de 300

peças tiveram mandatos cassados e direitos políticos suspensos” (COTRIM, 2016, p. 240).

O AI-5 não é tratado apenas como uma reação às manifestações de 1968. O autor argumenta que a oposição dos parlamentares do MDB serviu como pretexto para o fechamento político do regime, projeto defendido pela “linha dura”. Baseado na legislação anteriormente aprovada, o governo Médici é apresentado como o auge da repressão. Cotrim (2016, p. 244) cita “a suspensão dos direitos fundamentais do cidadão”, explicando que qualquer um poderia ser perseguido politicamente, demitido do emprego ou preso por órgãos de segurança em locais desconhecidos. O autor também destaca que o governo utilizava a censura aos meios de comunicação para evitar que a população soubesse dos atos violentos cometidos pelo Estado. Cotrim (2016) destaca a abrangência da repressão sobre opositores de diferentes ideais políticos (liberais, socialistas e comunistas). O autor lembra que, não apenas os guerrilheiros, mas outras milhares de pessoas foram acusadas e torturadas, e centenas foram mortas pelo regime, conforme figura 3. Já no contexto da abertura, o livro traz a resistência dos órgãos de repressão ao projeto de Geisel. As mortes de Herzog e Fiel Filho são citadas, sem relacioná-las à última fase da repressão, desta vez contra os comunistas que optaram pela resistência democrática.

Figura 3 – A luta armada e a repressão

**Luta armada**

Com o endurecimento político, alguns grupos opositores decidiram partir para a luta armada. Promoveram diversas ações violentas, incluindo assaltos a bancos, com o objetivo de obter dinheiro para financiar a luta, e sequestros de diplomatas estrangeiros, para trocá-los por presos políticos.

Dois líderes guerrilheiros desse período, o ex-deputado comunista Carlos Marighella (da Ação Libertadora Nacional – ALN) e o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca (da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR), foram mortos. Além deles, milhares de pessoas acusadas de **subversão** foram torturadas pelos agentes da repressão; centenas delas foram mortas em todo o país.

**Subversão:**  
insubordinação às leis ou às autoridades constituídas.

Fonte: COTRIM (2016, p. 244).

Quanto à resistência, ao citar a instalação do bipartidarismo, o autor explica a atuação do MDB como uma oposição dentro de limites aceitáveis. Ao longo do texto, é apresentado o crescimento do partido, principalmente durante e após o governo Geisel. Cotrim (2016) também explica o crescimento das oposições antes do AI-5 – com o movimento estudantil, as greves dos operários, os discursos de políticos opositores, a Frente Ampla de Carlos Lacerda e as denúncias de setores progressistas da Igreja Católica –, que têm como símbolo a Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968.

A resistência armada é apresentada como reação ao endurecimento político do regime, após o AI-5, conforme figura 3. São citadas as principais ações dos grupos, como os assaltos a bancos (para financiamento) e os sequestros de diplomatas (para libertação de presos políticos). Cotrim (2016) destaca a violência utilizada pela ditadura contra os guerrilheiros e demais opositores.

Os movimentos sociais são citados novamente no contexto da abertura política, quando vários setores sociais se opunham cada vez mais ao regime:

Sindicatos de trabalhadores, grupos de empresários, a Igreja Católica, associações artísticas e científicas, organizações estudantis e de advogados, universidades e imprensa, enfim, um grande espectro social reivindicava, de modo cada vez mais insistente, a redemocratização do país (COTRIM, 2016, p. 250).

Enquanto os demais setores da oposição são apenas citados, o novo sindicalismo é destacado pelo autor, que explica brevemente o novo perfil do movimento e as greves realizadas a partir do ABC paulista, que se expandiram pelo país.

As atividades propostas demonstram alinhamento com o texto principal, apresentando contribuições para o aprendizado dos alunos. Em duas das seções “Interpretar fonte” do capítulo analisado são apresentados assuntos relacionados à resistência e à repressão. Na primeira, há uma tirinha de Ziraldo sobre o autoritarismo da ditadura e uma questão que pede que o aluno relacione o humor da tira com o conteúdo do capítulo. Na segunda, as questões abordam a resistência cultural, ao propor uma pesquisa sobre músicas de protesto contra a ditadura e a identificação de críticas ao regime na música “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré. Com questões dissertativas, a seção “Vivenciar e refletir” propõe a interpretação da propaganda do regime, comparações com a ditadura do Estado

Novo e uma pesquisa sobre o estado de sítio na Constituição Federal de 1988. Na seção “Diálogo interdisciplinar”, entre outras, há uma atividade de interpretação de música de resistência (“Apesar de você”, de Chico Buarque) e uma atividade que, a partir de uma reportagem sobre o relatório da CNV, propõe uma reflexão sobre a participação de civis na ditadura, a responsabilidade das Forças Armadas e as investigações sobre as violações de Direitos Humanos.

Portanto, vemos que o livro possui méritos, tanto em relação ao texto principal quanto em relação às atividades propostas, que tocam em temas sensíveis e importantes para o aprendizado do estudante. Porém, também há certas lacunas ou dificuldades de explicação em alguns pontos, especialmente em relação à resistência armada e à organização da repressão, visto que o autor não explica a criação e organização dos órgãos de segurança e informação.

#### 4.4 HISTÓRIA 3

O livro é de autoria de quatro professores do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF): Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Georgina dos Santos e Sheila de Castro Faria. Os três primeiros têm doutorado em História Social pela USP, enquanto a última tem doutorado em História pela UFF. O livro foi produzido pela Editora Saraiva, citada na análise da obra anterior. Nesta pesquisa foi analisada a terceira edição da obra, lançada em 2016.

O livro tem 288 páginas, na versão do aluno, e 384, na versão do professor – que possui um conjunto de orientações pedagógicas, no final, além de anotações nas margens das páginas. A obra possui 16 capítulos, agrupados em três unidades: “Revoluções e guerras”, “Guerras frias, guerras quentes” e “Os caminhos para o Terceiro Milênio”. As unidades têm títulos que remetem, de maneira geral, a períodos históricos e não a temas de estudo.

Cada unidade é aberta com um pequeno sumário, uma imagem e um texto, que se relacionam aos temas estudados na unidade. Já nas aberturas dos capítulos há uma imagem, seguida de um texto sobre o assunto e uma questão (seção “puxando pela memória”), que busca trazer à tona os conhecimentos prévios do estudante. A obra traz indicações de filmes, livros e sites nas margens das páginas e possui diversas seções separadas do texto principal: “Imagens contam a História” (propõe a interpretação de imagens), “Investigando o documento” (propõe a

análise de documentos), “Outra dimensão” (traz assuntos relacionados ao tema principal), “Conversa de historiador” (traz trechos de obras historiográficas) e “A História no seu lugar” (que propõem atividades aos alunos, relacionada a temas atuais ou próximos ao cotidiano dos alunos). Em relação às imagens do livro, todas vêm com legenda explicativa, mas a maioria delas é apenas ilustrativa. Além disso, o livro traz uma linha do tempo, que segue na parte superior das páginas do capítulo estudado.

A edição da obra não cita a presença de assessores pedagógicos, o que pode indicar que a seleção de atividades é feita pela equipe responsável pelo texto principal. Além de trazer propostas de atividades ao longo do texto, o livro traz seções de exercícios ao fim de cada capítulo. A seção “Para organizar” traz questões dissertativas sobre os temas do capítulo. A seção “Reflexões” propõe atividades, relacionando um conceito com o assunto estudado. “Vamos testar” apresenta questões de vestibulares ou do Enem. Por último, “Conexões” propõe uma questão interdisciplinar.

O capítulo analisado neste trabalho intitula-se “O Brasil da ditadura militar”, faz parte da unidade “Guerras frias, guerras quentes” e possui 17 páginas. O texto principal apresenta os processos históricos, seguindo uma sequência cronológica, desde o início da ditadura até a eleição de Tancredo Neves. O capítulo abre com uma imagem do monumento “Tortura nunca mais”, no Recife/PE, trazendo um texto que contrapõe os direitos atuais da sociedade brasileira e os direitos perdidos no período da ditadura. A seção “Puxando pela memória” traz um trecho da música “Apesar de você”, de Chico Buarque, e pergunta ao estudante quem seria o “você” no trecho apresentado. Deste modo pode-se ver que os autores buscam levar o aluno a relacionar o tempo passado com o presente e refletir, desde o início, sobre a liberdade política.

O texto principal inicia explicando que a aliança entre militares e civis que deram o golpe de Estado em 1964, não era um bloco homogêneo. Os autores explicam a existência de discordâncias entre os grupos, com a “linha dura” exigindo punições mais severas aos adversários, mas não aderem à ideia da “moderação” do governo Castelo Branco. Vainfas et al. (2016) sustentam sua explicação, expondo as violências praticadas contra opositores desde o início do regime, que prosseguiram no governo Castelo Branco, e a aprovação da legislação autoritária e a montagem do SNI, ocorridas no mesmo governo. Os autores explicam como a repressão



continuou durante o governo Costa e Silva, que representou a chegada da “linha dura” ao poder. Assim, foram reprimidas as oposições democráticas, que se manifestavam nas ruas, através dos movimentos sociais. Nesse contexto, o AI-5 é apresentado, não como uma reação a essas manifestações, mas como um revestimento legal à violência já praticada pela ditadura.

Em relação aos órgãos de repressão, o texto faz menção da organização de um sistema repressivo pelo governo, como forma de combater a esquerda armada:

Para enfrentar a guerrilha, o governo unificou as ações das diversas forças repressivas. Nas Forças Armadas, foram criados os DOI-CODI (Destacamentos de Operações de Informações e Centros de Operações de Defesa Interna). Participaram também do combate à guerrilha a Polícia Federal, as polícias estaduais (civil e militar) e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) (VAINFAS et al., 2016, p. 227).

Os autores também explicam que os presos eram torturados nos DOI-CODI para cederem informações sobre outros companheiros. Os agentes utilizavam vários métodos – alguns aprendidos com norte-americanos – que levaram à morte muitos presos: “calcula-se que cerca de 800 pessoas se engajaram na luta armada, e 386 foram mortas ou desapareceram” (VAINFAS et al., 2016, p. 228).

Os autores voltam a falar sobre a repressão no contexto da abertura política. Já sem a alçada dos atos institucionais (com a revogação do AI-5 em 1978), o texto cita a repressão ao movimento sindical reorganizado na região do ABC paulista, com a prisão de líderes, como Luiz Inácio Lula da Silva. Também são explicadas as reações à abertura política vindas dos militares mais radicais, que se concretizaram em ataques terroristas a organizações civis e a manifestações populares. Vemos uma grande ausência na explicação da repressão no contexto da abertura: não são citadas no texto as mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho praticadas por órgãos de repressão, muito menos é explicada a última fase da repressão, voltada a comunistas que optaram pela resistência não armada.

Quanto à resistência, Vainfas et al. (2016) apresentam a resistência democrática, em crescimento durante o ano de 1968, com a organização da Frente Ampla, a resistência cultural (com as músicas de protesto) e as manifestações de rua, promovidas pelo movimento estudantil e que foram conquistando o apoio de outros setores sociais, como professores, artistas e setores progressistas da Igreja Católica (culminando na Passeata dos Cem Mil). Na seção “Outra dimensão:

cultura”, é apresentado o surgimento da Tropicália, como uma forma de resistência à cultura promovida pela ditadura. A resistência democrática volta a ser explicada no contexto da abertura, com o crescimento da oposição ao regime e a reorganização dos movimentos sociais: o movimento estudantil, a manifestação de entidades – como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – e as greves realizadas pelo movimento sindical. Assim, vários movimentos autônomos foram surgindo na sociedade em prol da Anistia, da redemocratização ou com pautas próprias, mas que cerraram fileiras na oposição contra o regime:

Com a maioria da sociedade exigindo a redemocratização do país, diversos grupos sociais se reorganizaram, como os movimentos sindical e estudantil, e vários partidos de esquerda ressurgiram. Muitos católicos constituíram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Alguns movimentos, como os de bairro, das mulheres, dos negros e dos homossexuais, passaram a atuar com reivindicações específicas, que, embora não necessariamente ligadas à luta contra a ditadura, contribuíam para fortalecer as oposições (VAINFAS et al., 2016, p. 230).

Já a resistência armada não é apresentada como uma reação ao AI-5, mas como uma opção aceita por alguns grupos desde o golpe de 1964, em rompimento com a moderação e a cautela do PCB frente ao avanço golpista. Os autores apresentam a inspiração cubana para os movimentos, que previam a organização da luta no campo e o avanço para as cidades, com o apoio dos trabalhadores à luta revolucionária, conforme figura 4. É citada a tentativa fracassada de organização de um grupo guerrilheiro na Serra do Caparaó, por Leonel Brizola e as ações organizadas pelos grupos armados, entre 1967 e 1968, de assaltos a bancos para financiamento do movimento, e posteriormente, de sequestros de diplomatas para libertação de companheiros presos. Vainfas et al. (2016) citam o fim da luta armada em 1973, com o reconhecimento conjunto de três organizações sobre o fim do movimento, e com a desarticulação da guerrilha do Araguaia. Os autores explicam o fracasso das esquerdas armadas em obter apoio dos trabalhadores, que não entendiam o movimento ou não simpatizavam com as ações realizadas, reconhecendo o papel do milagre econômico na falta de apoio ao projeto.

Ao longo do capítulo são apresentadas algumas atividades. No box “Conversa de historiador”, há um trecho de Reis Filho (2005) sobre o AI-5 como uma

ação contra setores antes apoiadores do regime, que agora se voltavam contra sua brutalidade, seguido de uma questão de interpretação. Na seção “Investigando o documento” há um relato de Jacob Gorender sobre a tortura, acompanhado de um texto explicativo e uma questão sobre o tratamento da tortura na Constituição atual. Ao lado, seguindo a mesma linha, encontra-se o box “A História no seu lugar”, que propõe aos estudantes que façam debates sobre como era viver durante a ditadura sem garantia de direitos civis. Na seção “Imagens contam a história” uma charge de Ziraldo sobre o AI-5 é seguida de uma questão de interpretação sobre o diálogo apresentado.

Figura 4 – A resistência armada e a repressão

### Ações de guerrilha

O projeto político das organizações que se lançaram na luta armada era, seguindo o modelo cubano, desencadear a revolução no campo para então estendê-la para os centros urbanos. Para desencadear a revolução, porém, precisavam de dinheiro, e para consegui-lo as ações guerrilheiras realizaram assaltos a bancos e carros-fortes. O dinheiro conseguido era gasto no aluguel de apartamentos, no sustento dos militantes e no financiamento de novas operações de expropriação.

Um dos maiores problemas que essas organizações revolucionárias enfrentaram foi a falta de apoio da sociedade brasileira, que em seu conjunto não desejava uma revolução socialista. Os trabalhadores não se entusiasmaram com as ações revolucionárias, e a maioria dos brasileiros não entendia o que estava acontecendo, tomando conhecimento dos embates entre guerrilheiros e policiais em silêncio. Além disso, o milagre econômico começava a deslanchar. Os guerrilheiros encontraram algum apoio somente entre militantes do movimento estudantil.

Para enfrentar a guerrilha, o governo unificou as ações das diversas forças repressivas. Nas Forças Armadas, foram criados os DOI-CODI (Destacamentos de Operações de Informações e Centros de Operações de Defesa Interna). Participaram também do combate à guerrilha a Polícia Federal, as polícias estaduais (civil e militar) e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS).

Cartazes da década de 1960 com fotos de guerrilheiros eram espalhados pelas ruas das grandes cidades. O objetivo era convencer a população a chamar a polícia ao se deparar com algum deles.

Fonte: VAINFAS et al. (2016, p. 227).

No fim do capítulo, as questões da seção “Para organizar” favorecem respostas que podem ser copiadas do livro, sem muita reflexão, embora tratem de temas importantes, como os Atos Institucionais, o fracasso da luta armada, e os movimentos sociais no contexto da abertura política. A seção “Reflexões”, partindo de um texto explicativo, propõe que o aluno explique como a Doutrina de Segurança

Nacional foi um fundamento ideológico do regime. Por fim, as questões de vestibular servem como interpretação de fontes ou textos apresentados nos enunciados.

Portanto, vemos que as atividades das seções ao longo do texto se alinham mais ao conteúdo do livro e algumas delas favorecem o aprendizado do aluno. Quanto aos exercícios do fim do capítulo percebe-se que a maioria deles contribui mais para a memorização e cópia de trechos do livro, do que para a aprendizagem histórica.

Nesse sentido, o livro possui um discurso mais atualizado sobre a história da ditadura, evidenciando aspectos importantes do autoritarismo do regime, da luta armada e da resistência democrática. Em alguns pontos o livro deixa a desejar, por exemplo, ao não citar a resistência dos trabalhadores no contexto de 1968. Além disso, a maioria dos exercícios do final do capítulo, embora dissertativos, contribui mais à cópia e memorização que à reflexão e ao aprendizado.

## 5 CONCLUSÃO

Neste trabalho nos baseamos em pesquisas históricas sobre dois aspectos da ditadura: repressão e resistência. Autores que se debruçam sobre o tema da repressão, como Fico (2001, 2019) e Joffily (2008, 2014) buscaram entender a organização dos órgãos de repressão e de informação, a relação entre eles, o papel dos discursos produzidos por esses grupos e o uso das diversas formas de violência contra os opositores, como a prisão ilegal, a tortura, o assassinato e a ocultação de cadáver (o “desaparecimento”). Esses autores entendem a repressão como um projeto da ditadura civil-militar, e não como uma reação à oposição. Nesse sentido, apesar das distinções possíveis entre os militares, a divisão entre a “linha dura” e moderados ou castelistas deve ser relativizada, pois os primeiros apoiavam tacitamente os crimes cometidos pelos órgãos de repressão que eram chefiados pelos segundos. A repressão foi fundamental para a captura de novos opositores, através das informações obtidas sob tortura. Estas informações também eram utilizadas na construção dos discursos que legitimavam a atuação dos órgãos de repressão. Por fim, os militares golpistas uniam-se em torno de um projeto autoritário de Estado, onde não cabiam as oposições à esquerda – o que Fico (2001) chama de “utopia autoritária”.

Quanto à resistência, estudada por autores como Reis Filho (2005), Rollemberg (2015), Ridenti (2014) e Motta (2021), entende-se que não se pode analisá-la como um todo homogêneo. Há várias formas de resistência, podendo ser armada ou democrática e se dar em vários campos (político, cultural, etc.). Parte da oposição se opunha apenas a pontos específicos do governo, como a violência. Os autores também consideram o caráter histórico da resistência: foi comum que certos setores da sociedade passassem do polo do apoio ao polo da oposição e resistência ao regime ditatorial. Além disso, enquanto alguns grupos resistiram e outros aderiam, entre eles houve a acomodação – quando não há uma oposição assumida nem uma adesão aberta ao regime, mas uma convivência, pelas “brechas” institucionais (MOTTA, 2021).

Também foi possível perceber que os livros didáticos são importantes instrumentos para o trabalho dos professores, bem como acessos aos discursos históricos por parte dos alunos (BITTENCOURT, 2004, 2008). Além disso, conforme Caimi (2018) e Bittencourt (2008), os livros didáticos são produtos destinados ao

consumo, destacados no mercado editorial, por conta de sua política pública, o PNLD – que por um lado garante o acesso dos estudantes à materiais didáticos, e por outro favorece a manutenção de grandes grupos que dominam o mercado didático.

Vemos que, os livros didáticos aqui analisados apresentam aspectos positivos e também certas fragilidades, apesar dos processos de avaliação contribuírem para a melhoria dos livros didáticos. De modo geral, percebe-se que os livros apresentam certos problemas em relação às atividades. Constatou-se que muitos exercícios podem ser resolvidos, com a simples memorização ou cópia de trechos do livro. Em apenas um dos livros didáticos (COTRIM, 2016) a maior parte das atividades mostrava uma contribuição à aprendizagem histórica, com propostas de pesquisa e interpretação. Em outro livro (VAINFAS et al., 2016), as atividades das seções ao longo do texto eram favoráveis ao aprendizado dos estudantes, enquanto os exercícios finais do capítulo pouco contribuíam para isso. De modo semelhante, o livro de Boulos Júnior (2016) apresentou, no final do capítulo, poucas atividades que poderiam favorecer o aprendizado.

Quanto aos conteúdos históricos, o livro de Vainfas et al. (2016) se mostrou mais adequado, apresentando versões problematizadas e atualizadas, conforme a historiografia recente. Em outros livros, havia mais lacunas ou interpretações conservadoras sobre certos aspectos do período estudado. Também se percebeu em todos os livros didáticos analisados que é frequente a omissão de certos sujeitos, em sua participação no processo histórico, seja na resistência (caso das greves dos trabalhadores ou do apoio de certos setores sociais), seja na repressão (caso do financiamento do setor empresarial). Reconhecemos que não é possível abordar todos os assuntos de determinado período em uma obra didática tão ampla. No entanto, explicar a participação de certos grupos sociais é importante para que o aluno compreenda os processos históricos, as tensões e, especificamente, as relações entre o Estado e a sociedade durante a ditadura civil-militar – tema tão problematizado atualmente, por historiadores como Reis Filho (2005), Motta (2021) e outros aqui estudados.

Quanto à repressão, todos os livros tocaram no assunto, destacando a violência e a falta de liberdade política como marcas da ditadura. Porém, enquanto a obra de Vainfas et al. (2016) destacou a criação, organização e atuação do sistema repressivo, e os livros de Boulos Júnior (2016) e Braick e Mota (2016) explicaram

brevemente a atuação dos órgãos de segurança, a obra de Cotrim (2016) apenas cita nominalmente o DOI-CODI, sem explicar organização da repressão como um sistema. Braick e Mota (2016) não apresentaram a existência da violência do regime desde os primeiros momentos após o golpe civil-militar – tema que é destacado pelos demais. Porém, todos os livros explicitaram o tema da escalada autoritária ocorrida durante o governo Castelo Branco, contribuindo para relativizar a suposta “moderação” do primeiro presidente da ditadura. O AI-5 também aparece como um ponto importante. Apesar disso, Boulos Júnior (2016) explica o Ato Institucional como uma reação às manifestações de 1968, enquanto Cotrim (2016) e Vainfas et al. (2016) apresentam o AI-5 como um revestimento legal às violações contra opositores, já praticadas pelo regime e exigidas por setores mais radicais das Forças Armadas. Em todos os livros, percebeu-se também a falta de explicação sobre a perseguição sistemática ao PCB, já no contexto da abertura política. O partido optou pela resistência democrática e teve seus filiados presos, e mesmo assassinados, em meados da década de 1970 (JOFFILY, 2008). Esse aspecto, tão marcante da truculência da ditadura, poderia ser explorado pelos autores em suas explicações a respeito da repressão. Vainfas et. al. (2016) nem sequer citam no texto as mortes de Herzog e Fiel Filho, ocorridas nesse contexto.

Em relação à resistência percebe-se que os livros trazem a resistência democrática em dois períodos: entre o golpe e a instauração do AI-5, até 1968 e, posteriormente, durante a abertura política, em meados da década de 1970. A maior parte dos livros cita o envolvimento dos movimentos sociais nas manifestações contra a ditadura. Porém, Vainfas et al. (2016) omitem a participação dos trabalhadores, com suas greves em 1968, enquanto Braick e Mota (2016) não explicam a participação de vários setores sociais nas manifestações contra o regime, no contexto da abertura, citando apenas genericamente os movimentos sociais. A maioria dos livros dá mais ênfase aos movimentos dos trabalhadores e dos estudantes. Boulos Júnior (2016) explica a nova configuração do movimento sindical surgido no final da década de 1970, o que é feito brevemente por Cotrim (2016). A participação do setor político no processo de resistência é apresentada, de modo geral, permeada por dificuldades, causada pelas limitações impostas pelos militares ao partido de oposição ao regime, o MDB.

Já a resistência armada é apresentada com uma série de ressalvas. Apenas Vainfas et al. (2016) explicam que a opção pelas armas foi anterior ao AI-5.

Para os demais autores, o processo de endurecimento do regime, com o referido Ato, levou certos grupos da esquerda a promover a luta armada. As ações dos grupos e suas motivações também são explicadas, com destaque para os assaltos a banco e os sequestros de diplomatas. A maioria das obras nem sequer menciona o fim das guerrilhas, apenas as mortes de líderes importantes. Somente Vainfas et al. (2016) explicam o fim da luta armada, fazendo uma reflexão sobre a falta de apoio da população em geral à causa revolucionária.

Deste modo, vemos que os livros analisados possuem aspectos positivos e certas fragilidades. Cabe ao professor, em sala de aula, maximizar os primeiros e atenuar os segundos, visando o aprendizado histórico dos estudantes. Cabe ao Estado, ao realizar cada ciclo do PNLD, a melhoria do processo de seleção e dos critérios de aprovação, e às editoras e autores cabe a atenção à produção historiográfica atual e às práticas pedagógicas mais adequadas aos estudantes.

Finalmente, espera-se que essa pesquisa contribua para o avanço nos estudos sobre os livros didáticos de História. Espera-se contribuir para que, cada vez mais, se possa analisar os discursos históricos, mas observando-se também os aspectos pedagógicos, considerando as possibilidades de aprendizado histórico dos estudantes.



## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 69-90.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Guia Digital: PNLD 2021 Didático**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2021. Disponível em: [https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia\\_pnld\\_2021\\_didatico\\_Apresentacao.pdf](https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_didatico_Apresentacao.pdf). Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_s ite.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_s ite.pdf). Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: história: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014a.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, v. 1. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014b. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos**, v. 2. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014c. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf). Acesso em: 28 out. 2022.

CAIMI, Flavia Eloisa. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. **Revista História Hoje**, [S.l.], v. 7, n 14, p. 21-40, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/465>. Acesso em: 23 jun. 2022.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 23 set. 2022.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização**, Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 159-212.

FNDE. **Dados estatísticos:** Portal do FNDE. 2022. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 08 nov. 2022.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158-171.

MANTOVANI, Katia Paulilo. **O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD:** impactos na qualidade do ensino público. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24112009-152212/publico/KATIA\\_PAULILO\\_MANTOVANI.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24112009-152212/publico/KATIA_PAULILO_MANTOVANI.pdf). Acesso em: 23 jun. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes:** o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 171-186, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXmb6mzXND3D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2022.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**, 2014, p. 30-47, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: \_\_\_\_\_; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 77-95.

## FONTES

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, sociedade e cidadania**, 3º ano. 2 ed. São Paulo: FTD, 2016.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História:** das cavernas ao terceiro milênio. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2016. v. 3.

COTRIM, Gilberto. **História global 3**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

VAINFAS, Ronaldo, et al. **História 3: ensino médio**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.